Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 14 de maio de 2025

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S/A - PRODASA

CNPJ n° 75.404.814/0001-90

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 20 de maio de 2025, às 7 horas, na sede social, na Rua Coronel Morais nº 100, Canindé, São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) destinação dos lucros do exercício findo e distribuição de dividendos; c) eleição de membros da Diretoria e fixação das respectivas remunerações. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere a Lei n° 6.404/1976 , art. 133, com as alterações da Lei n° 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo -SP, 08 de maio de 2025. Marcelo Alcantara Fernandes — Diretor-Presidente

GREAT SCHOOLS PLATFORM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 34.515.963/0001-40 – NIRE 35.300.540.042

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei e do Acordo de Acionistas da Companhia, os Srs. Acionistas da **GREAT SCHOOLS PLATFORM PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em primeira convocação às 16 horas do dia 22 de maio de 2025, de forma eletrônica (digital) através do seguinte link da plataforma Zoom: https://us02web.zoom.us/j/4857132063 , para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(i)** a ratificação da aquisição, pela Companhia, de 169.956 (cento e sessenta e nove mil, novecentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do acionista Tarcísio Manso Villela, e o cancelamento de referidas ações; **(ii)** a ratificação da aquisição, pela Companhia, das opções de compra de ações de titularidade de Jefferson dos Santos Silva; **(iii)** deliberar sobre o aumento do capital autorizado da Companhia, de forma a aumentar o percentual de ações alocadas para o plano de incentivo de colaboradores para um adicional de até 3% (três por cento) do capital social da Companhia, em acréscimo ao já deliberado em acordo de acionistas. **(iv)** deliberar sobre as seguintes outorgas de opções de compra de ações da Companhia no âmbito do plano de incentivo de colaboradores da Companhia: (a) até 20.000 (vinte mil) ações preferenciais classe B de emissão da Companhia a Julianna Burgos Pimentel dos Santos e (b) até 5.000 ações preferenciais classe B de emissão da Companhia a Eduardo Luiz Wurzmann; **(v)** a mudança de endereço da sede social da Companhia, dentro da cidade de São Paulo; **(vi)** a alteração do Estatuto Social para refletir as deliberações acima; **(vii)** a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia e ratificar todos os atos já praticados para a sua implementação; e **(viii)** outros assuntos de interesse da Companhia.

São Paulo, 14 de maio de 2025.

Bruno Ramos Neves Branco – Presidente do Conselho de Administração

CAIXA Assistência — XS6 Assistência S.A.

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Janeiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 15 do mês de janeiro de 2025, às 09:00h, por videoconferência. **2. Convocação:** Convocação enviada por correio eletrônico aos membros do Conselho de Administração da XS6 Assistência S.A. ("Companhia") no dia 10 de janeiro de 2025, às 16:33h. **3. Presença:** Manifestaram-se os Srs. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, João Carlos Armesto, Gibran Vega Marona, André Cimerman, Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior e a Sra. Juscyneia de Arnizaut Monção. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Presidente do Conselho, e secretariados pela Sra. Patrícia Santana, secretária designada. **5. Ordem do Dia:** conhecer e discutir sobre: (i) o Relatório da Consultoria EY sobre o modelo operacional da Caixa Assistência; (ii) o Plano de Negócios e Orçamento - BP 2025. **6. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade: (i) conhecer e discutir o Relatório da Consultoria EY, referente ao modelo operacional da Caixa Assistência, apresentado pelo convidado Sr. Nuno Vieira. Os membros do Conselho solicitaram o envio do relatório atualizado apresentado na reunião, tendo em vista que o material disponibilizado previamente aos conselheiros não continha todos os slides apresentados em reunião, além do detalhamento do material elaborado pela Consultoria EY. Os Conselheiros indicados pela Tempo comprometeram-se a analisar o relatório e a apresentar dados reais da operação para eventual correção do relatório, bem como para ajustes no modelo operacional da Caixa Assistência. Ficou acordada a submissão do resultado deste estudo aos acionistas e ao Conselho de Administração em 60 (sessenta) dias ou até a sua próxima reunião ordinária. Por fim, os Conselheiros destacaram que o contrato assinado na época da transação e válido atualmente (respeitados seus aditivos firmados posteriormente) continua regendo a relação Caixa Assistência x Tempo. (ii) em razão do tempo, solicitar que o material referente ao Plano de Negócios e Orçamento - BP 2025, seja discutido previamente pelas partes envolvidas, em agenda a ser organizada pela Governança da Companhia, para nova submissão e deliberação do Conselho até a próxima reunião ordinária. **Documentos:** Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação desta Reunião do Conselho de Administração. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da reunião do Conselho de Administração da Companhia, sendo a presente ata lavrada em forma de sumário, a qual foi achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração. **Certidão:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Barueri, 15 de janeiro de 2025. **Mesa: Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos -** Presidente da Mesa; **Patrícia Santana -** Secretária designada. **JUCESP** nº 95.620/25-4 em 19/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CAIXA Assistência — XS6 Assistência S.A.

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Fevereiro de 2025

1. Data, hora e local: Reunião realizada no dia 28 do mês de fevereiro de 2025, às 09:00hs, por videoconferência. **2. Convocação:** Convocação enviada por correio eletrônico aos membros do Conselho de Administração da XS6 Assistência S.A. ("Companhia") no dia 21 de fevereiro de 2025, às 19:06hs. **3. Presença:** Manifestaram-se os Srs. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, João Carlos Armesto, Gibran Vega Marona, André Cimerman, Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior e a Sra. Juscyneia de Arnizaut Monção. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Presidente do Conselho, e secretariados pela Sra. Patrícia Santana, secretária designada. **5. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) o Primeiro Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Intermediação de Assistências entre a Caixa Cartões Pré-Pagos e a XS6 Assistência S.A. - Parte Relacionada; e conhecer e discutir sobre: (ii) a Evolução discussões - Trabalho de Consultoria BPO - E&Y; (iii) o Plano de Negócios e Orçamento - BP 2025; (iv) o Reporte Comercial B2B e B2C, posição dezembro - 2024; (v) o Relatório do Comitê de Auditoria, referente ao segundo semestre de 2024. **6. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade: (i) aprovar o Primeiro Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Intermediação de Assistências entre a Caixa Cartões Pré-Pagos CNPJ: 39.459.331/0001-08 e XS6 Assistência S.A. CNPJ: 39.565.194/0001-08 - Parte Relacionada, conforme Relatório Executivo nº 085/2024 e anexos. (ii) conhecer e discutir sobre o trabalho de consultoria BPO feito pela empresa EY. Os Srs. João Carlos Armesto e André Cimerman apresentaram o resultado da avaliação da Tempo, acerca do material apresentado na reunião de 15.01.2025, contemplando o entendimento do trabalho e sua forma de condução, a interpretação a ser apresentada, os custos e eficiência, as recomendações, ideias e alternativas, a conclusão da avaliação e o pedido para a administração para a Companhia avaliar o tema até que todos os pontos fiquem claros a todos. O Sr. Felipe Mattos solicitou a análise deste material, com vistas a amadurecer e rediscutir o modelo contratado, de forma a considerar a solidificação da empresa e ganho de escala nos próximos anos. O Presidente da Caixa Assistência, Sr. Bruno Rodrigo Valença de Araújo, propôs a realização de uma reunião, a ser organizada pela Governança da Companhia, para discutir o material ora apresentado, considerando a participação da Diretoria da Caixa Assistência, dos Diretores da Tempo, dos Diretores da Caixa Seguridade e da conselheira Sra. Juscyneia de Arnizaut Monção. (iii) conhecer e discutir sobre o Plano de Negócios e Orçamento - BP 2025. O Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada, informou que os insumos trazidos na apresentação da Tempo referentes a avaliação do material sobre o BPO serão endereçados no BP 2025. O conselheiro Sr. André Cimerman reiterou a necessidade de a acionista Tempo participar das discussões do BP em conjunto com a acionista Caixa Seguridade e a Diretoria da Caixa Assistência, solicitando o envio da última versão do material para apreciação, bem como a abertura das despesas G&A. O conselheiro Sr. João Carlos Armesto solicitou facultar à Tempo a apresentação das informações sobre o Plano de Negócios, para assim discutir os números do Plano de Negócios e Orçamento. (iv) conhecer o Reporte Comercial B2B e B2C, posição dezembro - 2024, através do material disponibilizado pelo Diretor Presidente da Companhia. (v) conhecer o Relatório do Comitê de Auditoria, referente ao segundo semestre de 2024, elaborado pelo Comitê de Auditoria e disponibilizado pela Governança da Companhia. **Documentos:** Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação desta Reunião do Conselho de Administração. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da reunião do Conselho de Administração da Companhia, sendo a presente ata lavrada em forma de sumário, a qual foi achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração. **Certidão:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Barueri, 28 de fevereiro de 2025. **Mesa: Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos -** Presidente da Mesa; **Patrícia Santana -** Secretária designada. **JUCESP** nº 133.667/25-0 em 16/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

TB Comércio de Presentes S.A

CNPJ nº 08.613.254/0009-44 - NIRE 35.300.585.992

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	**154.830**	**117.544**
Caixa e equivalentes de caixa	9.815	6.645
Contas a receber de clientes	69.782	51.117
Estoques	58.006	52.800
Impostos a recuperar	494	1.265
Adiantamentos	15.292	5.215
Outros ativos	1.441	502
Ativo não circulante	**95.638**	**75.495**
Depósitos judiciais	277	255
Investimentos	-	8.835
Partes relacionadas	25.176	17.343
Imobilizado	62.320	42.995
Intangível	7.865	6.067
Total do ativo	**250.468**	**193.039**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	**84.782**	**50.717**
Fornecedores	12.178	15.636
Impostos e contribuições a recolher	12.677	8.783
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10.267	7.747
Adiantamento de clientes	9.789	10.649
Dividendos & JCP a pagar	1.523	3.776
Partes relacionadas	10.366	3.430
Empréstimos e financiamentos	27.982	-
Outros passivos	-	696
Passivo não circulante	**38.214**	**949**
Empréstimos e financiamentos	38.214	-
Impostos e contribuições a recolher	-	949
Patrimônio líquido	**127.472**	**141.373**
Capital social	126.748	105.705
Reserva de capital	-	36.594
Reserva legal	726	253
Resultado acumulados	(2)	(916)
Outros resultados abrangentes	-	(263)
Total do passivo e patrimônio líquido	**250.468**	**193.039**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de venda de mercadorias	**247.112**	**168.563**
Custo das mercadorias vendidas	(71.990)	(48.513)
Lucro bruto	**175.122**	**120.050**
Despesas com pessoal	(62.695)	(46.450)
Marketing e publicidade	(13.929)	(12.135)
Amortização e depreciação	(5.622)	(3.256)
Despesas gerais e administrativas	(61.456)	(53.198)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.528)	(3.904)
Outras despesas e receitas	(1.708)	7.130
Resultado operacional	**26.184**	**8.237**
Receitas financeiras	1.645	3.160
Despesas financeiras	(5.611)	(1.027)
Resultado financeiro - Líquido	**(3.966)**	**2.133**
Resultado antes do IR e da CS	**22.218**	**10.370**
IR e CS - Corrente	(4.840)	(2.716)
IR e CS - Diferido	949	(949)
Lucro do exercício	**18.327**	**6.705**
Lucro por ação (R$)	**1,03**	**12,60**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	**18.327**	**6.705**
Outros componentes do resultado abrangente		
Variação cambial de sobre controladas no exterior (Ajuste de conversão)	-	(262)
Resultado abrangente do exercício	**18.327**	**6.443**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Resultado abrangente	Resultados acumulados	Total geral
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**53.350**	**36.594**	**253**	**2.178**	**(1)**	**-**	**92.374**
Aumento de capital	52.355	-	-	-	-	-	52.355
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.705	6.705
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.178)	-	-	(2.178)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
JSCP provisionados	-	-	-	-	-	(7.621)	(7.621)
Variação cambial em investidas	-	-	-	-	(262)	-	(262)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**105.705**	**36.594**	**253**	**-**	**(263)**	**(916)**	**141.373**
Aumento de capital	36.594	(36.594)	-	-	-	-	-
Redução de capital	(15.551)	-	-	-	-	-	(15.551)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	18.327	18.327
Constituição reserva legal	-	-	473	-	-	(473)	-
Dividendos provisionados	-	-	-	-	-	(7.736)	(7.736)
JSCP provisionados	-	-	-	-	-	(8.941)	(8.941)
Variação cambial em investidas	-	-	-	-	263	(263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**126.748**	**-**	**726**	**-**	**-**	**(2)**	**127.472**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	18.327	6.705
Ajustes ao lucro: Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	(359)
Equivalência patrimonial	4.197	3.904
Depreciação e amortização	5.638	3.437
Lucro ajustado	**20.116**	**13.687**
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento/Redução em contas a receber	(18.665)	(15.463)
Aumento/Redução em estoques	(5.206)	(7.332)
Aumento/Redução em outros ativos	(939)	(57)
Aumento/Redução depósitos judiciais	(22)	(8)
Aumento/Redução em impostos a recuperar	771	1.420
Aumento/Redução em despesas antecipadas	(10.077)	(1.999)
Aumento/Redução em fornecedores	(3.175)	6.729
Aumento/Redução em impostos e contribuições a recolher	4.023	2.878
Aumento/Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.520	2.418
Aumento/Redução em adiantamento de clientes	536	1.139
Aumento/Redução em outros passivos	(367)	(179)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(10.485)**	**3.233**

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	31/12/2024	31/12/2023
Aumento/Redução em partes relacionadas	(7.833)	(14.096)
Aumento/Redução em investimentos	8.835	(12.292)
Aplicações financeiras de longo prazo	-	11.273
Aquisições líquidas de bens do ativo imobilizado e intangível	(26.761)	(33.188)
Baixas no ativo imobilizado	(723)	49
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(26.482)**	**(48.254)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	(19.387)	52.355
Empréstimos e financiamentos	62.766	3.430
Aumento/Redução em dividendos & JCP a pagar	(18.911)	(6.293)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**24.468**	**49.492**
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(12.499)**	**4.471**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.645	2.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.815	6.645
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**3.170**	**4.471**

DIRETORIA

Virgilio Artur de Castro Cunha Junior – Presidente

Silvia Cristina de Mello Silva – **Contadora** -CRC-1SP-201601

Tania Bulhões Holding S.A.

CNPJ nº 50.739.712/0001-03 - NIRE 35.300.630.289

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo circulante	**465**	**97**	**198.286**	**142.543**
Caixa e equivalentes de caixa	1	86	11.647	7.587
Contas a receber de clientes	-	-	72.661	52.319
Estoques	-	-	103.057	69.612
Dividendos & JCP a receber	144	-	-	-
Impostos a recuperar	43	-	1.140	1.431
Adiantamentos	266	-	6.547	9.537
Despesas antecipadas	-	-	1.694	-
Outros ativos	11	11	1.046	2.057
Ativo não circulante	**174.485**	**171.721**	**127.482**	**92.699**
Depósitos judiciais	-	-	277	255
Investimentos	165.932	171.721	-	-
Ágio	-	-	30.091	30.091
Partes relacionadas	8.553	-	-	-
Imobilizado	-	-	88.556	53.741
Intangível	-	-	8.556	8.612
Total do ativo	**174.950**	**171.818**	**325.768**	**235.242**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo circulante	**118**	**159**	**88.750**	**55.112**
Fornecedores	-	19	18.482	18.487
Impostos e contribuições a recolher	17	-	14.427	8.850
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	3	12.258	9.062
Adiantamento de clientes	-	-	9.830	10.649
Dividendos & JCP a pagar	-	-	289	3.776
Empréstimos e financiamentos	-	-	32.179	3.470
Outros passivos	101	101	1.285	818
Partes relacionadas	-	36	-	-
Passivo não circulante	**9.576**	**-**	**68.007**	**5.395**
Empréstimos e financiamentos	9.559	-	68.007	3.194
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	2.201
Partes relacionadas	17	-	-	-
Patrimônio líquido	**165.256**	**171.659**	**165.256**	**171.659**
Capital social	124.625	124.625	124.625	124.625
Reserva de capital	21.757	21.757	21.757	21.757
Reserva legal	-	235	-	235
Ajuste de avaliação patrimonial	25.042	25.042	25.042	25.042
Prejuízos acumulados	(5.947)	-	(5.947)	-
Outros resultados abrangentes	(221)	-	(221)	-
Participação de não controladores	-	-	3.755	3.076
Total do passivo e patrimônio líquido	**174.950**	**171.818**	**325.768**	**235.242**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro do exercício	**10.496**	**7.856**	**10.366**	**7.832**
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de sobre controladas no exterior (Ajuste de conversão)	(221)	-	(221)	(262)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(25.042)	-	(25.042)
Resultado abrangente do exercício	**10.275**	**(17.187)**	**10.145**	**(17.472)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida de venda de mercadorias	-	-	260.442	39.805
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(77.246)	(11.323)
Lucro bruto	**-**	**-**	**183.196**	**28.482**
Despesas com pessoal	-	-	(72.244)	(11.817)
Marketing e publicidade	-	-	(15.095)	(2.702)
Amortização e depreciação	-	-	(6.024)	(386)
Despesas gerais e administrativas	(205)	(78)	(66.045)	(7.029)
Resultado de equivalência patrimonial	11.067	7.828	-	-
Outras despesas e receitas	241	106	(2.126)	5.092
Resultado operacional	**11.103**	**7.856**	**21.662**	**11.640**
Receitas financeiras	288	-	(494)	-
Despesas financeiras	(892)	-	(6.928)	(143)
Resultado financeiro - Líquido	**(604)**	**-**	**(7.422)**	**(143)**
Resultado antes do IR e da CS	**10.499**	**7.856**	**14.240**	**11.497**
IR e CS - Corrente	(3)	-	(4.823)	(2.716)
IR e CS - Diferido	-	-	949	(949)
Lucro do exercício	**10.496**	**7.856**	**10.366**	**7.832**
Atribuivel a:				
Acionista da companhia	10.496	7.856	10.496	7.832
Participação dos acionsitas não controladores	-	-	(130)	(23)
Lucro por ação (R$)	**0,21**	**0,16**	**0,21**	**0,16**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Resultado abrangente	Resultados acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 19 de maio de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição capital	124.625	21.757	-	-	-	-	-	146.382	-	146.382
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	7.856	-	7.856	(23)	7.833
Participação de minoritários em investida	-	-	-	-	-	-	-	-	3.099	3.099
Dividendos provisionados	-	-	-	-	-	(7.621)	-	(7.621)	-	(7.621)
JSCP Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	25.042	25.042	-	25.042
Constituição de reservas	-	-	235	-	-	(235)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**124.625**	**21.757**	**235**	**-**	**-**	**-**	**25.042**	**171.659**	**3.076**	**174.735**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	10.496	-	10.496	(130)	10.366
Constituição de reserva	-	-	(235)	-	-	235	-	-	-	-
Dividendos provisionados em controladas	-	-	-	-	-	(7.736)	-	(7.736)	-	(7.736)
JSCP Provisionados em controladas	-	-	-	-	-	(8.942)	-	(8.942)	-	(8.942)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(221)	-	-	(221)	-	(221)
Outras variações em minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	809	809
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**124.625**	**21.757**	**-**	**-**	**(221)**	**(5.947)**	**25.042**	**165.256**	**3.755**	**169.011**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**10.496**	**7.856**	**10.366**	**7.832**
Ajustes ao lucro:				
Equivalência patrimonial	(11.067)	(7.828)	-	-
Juros sobre empréstimos	-	-	4.716	-
Depreciação e amortização	-	-	7.961	386
Prejuízo ajustado	**(571)**	**28**	**23.043**	**8.218**
Variações nos ativos e passivos:				
Aumento/Redução em contas a receber	-	-	(20.542)	(52.319)
Aumento/Redução em estoques	-	-	(33.445)	(69.612)
Aumento/Redução em outros ativos	(266)	(10)	3.701	(2.057)
Aumento/Redução depósitos judiciais	-	-	(22)	(255)
Aumento/Redução em impostos a recuperar	(43)	-	291	(1.431)
Aumento/Redução em despesas antecipadas	-	-	(1.694)	(9.537)
Aumento/Redução em fornecedores	(19)	19	(5)	18.487
Aumento/Redução em impostos e contribuições a recolher	17	-	3.376	11.051
Aumento/Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias	(3)	3	3.196	9.062
Aumento/Redução em adiantamento de clientes	-	-	(819)	10.649
Aumento/Redução em outros passivos	-	307	467	1.048
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(885)**	**347**	**(22.453)**	**(76.696)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento/Redução em partes relacionadas	(8.572)	36	-	-
Aumento/Redução em investimentos	16.491	(171.721)	-	(37.918)
Aquisições líquidas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	(48.001)	(62.739)
Baixas no ativo imobilizado	-	-	5.279	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**7.919**	**(171.685)**	**(42.722)**	**(100.657)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	146.382	-	146.382
Empréstimos e financiamentos	9.559	-	88.806	6.664
Ajuste de avaliação patrimonial	-	25.042	-	25.042
Participação de não controladores em investimento adquirido	-	-	588	3.076
Aumento/Redução em dividendos & JCP a pagar	(16.678)	-	(20.165)	3.776
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**(7.119)**	**171.424**	**69.229**	**184.940**
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(85)**	**86**	**4.054**	**7.587**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	86	-	7.587	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	86	11.647	7.587
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(85)**	**86**	**4.060**	**7.587**

DIRETORIA

Virgilio Artur de Castro Cunha Junior

Presidente

Silvia Cristina de Mello Silva

Contadora -CRC-1SP-201601

AGRO PECUÁRIA QUAGLIATO S/A

CNPJ (MF) Nº 53.408.878/0001-27 - NIRE 35300056710

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data/Hora - 15 de outubro de 2024, às 13:00 horas. **Local** - Fazenda Paraíso, em Ourinhos - SP. **Presença** - Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto, conforme consta no Livro de Presença de Acionistas, com as declarações exigidas Art. 127 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa Dirigente** - **João Luiz Quagliato Neto**, Presidente. **Roque Quagliato**, Secretário. **Edital de Convocação e Aviso do Art. 133, da Lei 6404/76** - Demonstrações contábeis regularmente publicadas em edição digital do Jornal o Dia em 12,13 e 14 de outubro de 2024. **Ordem do Dia: Ordinária:** (I) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2024 e; (II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e; **Extraordinária:** (I) Aumento do capital com reservas. **Deliberações: Ordinária:** (I) Aprovadas as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2024, documentos estes colocados à disposição dos Srs. Acionistas e; (II) Deliberam que o lucro líquido do exercício num montante de R$ 63.755.824,09 (Sessenta e Três Milhões Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil Oitocentos e Vinte e Quatro Reais e Nove Centavos) terá as seguintes destinações: a) o montante de R$ 3.187.791,20 (Três Milhões Cento e Oitenta e Sete Mil Setecentos e Noventa e Um Reais e Vinte Centavos) para Reserva Legal; b) o montante de R$ 605.680,33 (Seiscentos e Cinco Mil Seiscentos e Oitenta Reais e Trinta e Três Centavos) será pago como dividendo mínimo obrigatório e; c) o montante de R$ 59.962.352,56 (Cinquenta e Nove Milhões Novecentos e Sessenta e Dois Mil Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta e Seis Centavos) para Reserva de Lucros a Destinar e; **Extraordinária:** (I) Deliberam os acionistas pelo aumento do Capital Social em R$ 20.000.000,00 (Vinte Milhões de Reais) provenientes da Reserva de Lucros a Destinar, passando então o Capital Social a ser representado pelo montante de R$ 184.000.000,00 (Cento e Oitenta e Quatro Milhões de Reais) e; (II) Deliberam os acionistas pela alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa então a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - O capital social, totalmente integralizado é de R$ 184.000.000,00 (Cento e Oitenta e Quatro Milhões de Reais) representado por 184.000.000 (Cento e Oitenta e Quatro Milhões) de ações ordinárias, nominativas endossáveis, do valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada uma. §1º - A sociedade poderá emitir certificado ou títulos múltiplos de ações satisfeitos os requisitos legais. §2º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. §3º - Os acionistas terão preferência para subscrição de novas ações. No caso de aumento de capital social, será respeitada a proporção do número das ações de que já possuírem os acionistas. §4º - A Ação é indivisível em relação à sociedade. §5º - É vedada a sociedade negociar com as próprias ações. §6º - Fica assegurado aos acionistas, o direito na percepção de dividendo obrigatório, anual, calculado sobre o lucro líquido, a razão de 1% (Um por cento) distribuído na proporção das ações de que forem possuidores. §7º - Os acionistas terão preferência na aquisição das ações colocadas a venda, por acionistas, em igualdade de condições com terceiros, na proporção das ações de que já forem possuidores, conforme regras e prazos estabelecidos nos parágrafos seguintes. §8º - Todo acionista que desejar ceder ou transferir a qualquer título suas ações a terceiros, deverá notificar os demais acionistas de sua intenção, mediante correspondência registrada com aviso de recebimento – AR, declinando o nome e a qualificação do possível adquirente das ações, o número das ações a serem transacionadas, o preço e as condições de pagamento estabelecidas para o negócio. §9º - Recebendo a notificação referida no parágrafo 8°, os acionistas destinatários da oferta terão o prazo de 30 (Trinta) dias para exercerem o direito de preferência para a aquisição das ações, provada entre si. §10º - Desejando isolar o direito de preferência ora assegurado, os acionistas destinatários da oferta darão ciência de sua intenção ao acionista vendedor, mediante correspondência registrada com aviso de recebimento – AR, dentro do supra referido prazo de 30 (Trinta) dias, celebrando-se então, imediatamente, os atos necessários a cessão e transferência das ações, concretizando-se o negócio. §11º - Decorrido, entretanto, o prazo de 30 (Trinta) dias e não tendo havido, por parte dos acionistas destinatários da oferta, aquisição integral de todas as ações oferecidas, será a eles notificada a existência de sobras pelo acionista vendedor, dentro dos 05 (Cinco) dias imediatamente subsequentes, mediante correspondência registrada com aviso de recebimento – AR. §12º - Decorrido o prazo de 05(Cinco) dias referido no Parágrafo anterior, os acionistas que tiverem recebido a notificação ali prevista terão o prazo de 30(Trinta) dias para a aquisição das sobras, pro rata entre si, celebrando-se então, imediatamente, os atos necessários a cessão e transferência das ações, concretizando-se o negócio. §13º - Decorrido, entretanto, o prazo de 30 (Trinta) dias referido no parágrafo 12º e ainda remanescendo sobras, ou não tendo havido qualquer interessado dentre os acionistas na aquisição de todas as ações objeto da preferência, o acionista vendedor ficará livre para ceder as ações aos terceiros estranhos à sociedade, desde que o faça dentro dos 30 (Trinta) dias imediatamente seguintes, pelo preço, nas condições e nas quantidades originalmente declinadas por escrito. §14º - Se o negócio não se concretizar nesse prazo de 30 (Trinta) dias, o acionista vendedor ficará obrigado a repetir o procedimento previsto neste artigo e seus parágrafos, restaurando-se em benefício dos demais acionistas o prazo de 30 (Trinta) dias para o exercício do direito de preferência, o qual se regerá pelas normas aqui estipuladas. §15º - A admissão na sociedade daquele que não figura no quadro social ficará condicionada, sempre à concordância expressa da maioria dos acionistas. §16º -Não havendo expressa concordância da maioria dos acionistas, proceder-se ao pagamento dos haveres daquele que não foi admitido, mediante o levantamento de um balanço especial, em 12 (Doze) parcelas mensais vencendo-se a primeira 30 (Trinta) dias depois de levantado o aludido balanço, acrescidas as parcelas de correção monetária pelo IGP/ FGV e juros de 1% (Um por cento) ao mês." **Encerrando** - Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, sendo a presente ATA lavrada na forma permitida pelo §1º do Artigo 13, da Lei 6.404/76. (a.a.) Presidente: **João Luiz Quagliato Neto**; Secretário: **Roque Quagliato**; Acionistas: **São Luiz Gestão e Participações S.A.** - Por seus Diretores Sr. João Luiz Quagliato Neto e Sr. Roque Quagliato. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **João Luiz Quagliato Neto -** Presidente, **Roque Quagliato -** Secretário. JUCESP nº 54.664/25-1 em 14/02/2025.

USINA SÃO LUIZ S/A

CNPJ (MF) Nº 53.408.860/0001-25 - NIRE 35300056728

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data - 15 de outubro de 2024, às 14 horas. **Local** - Fazenda Santa Maria, em Ourinhos - SP. **Presença** - Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto, conforme consta no Livro de Presença de Acionistas, com as declarações exigidas pelo Art. 127 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa Dirigente - João Luiz Quagliato Neto**, Presidente. **Roque Quagliato**, Secretário. **Edital de Convocação e Aviso do Art. 133, da Lei 6404/76** - Demonstrações contábeis regularmente publicadas em edição digital do jornal O Dia em 12, 13 e 14 de outubro de 2024. **Ordem do Dia - Ordinária:** (I) Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2024 e; (II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; **Extraordinária:** (I) Deliberar sobre a distribuição adicional de dividendos e; (II) Alteração do Estatuto Social para melhor definição da distribuição de lucros. **Deliberações - Ordinária:** (I) Aprovado as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2024, documentos estes colocados à disposição dos Srs. Acionistas; (II) O lucro líquido do exercício, num montante de R$ 249.828.761,91 (Duzentos e Quarenta e Nove Milhões Oitocentos e Vinte e Oito Mil Setecentos e Sessenta e Um Reais e Noventa e Um Centavos), após atendidas outras disposições legais, tem a seguinte destinação: a) Reserva Legal - R$ 12.491.438,10 (Doze Milhões Quatrocentos e Noventa e Um Mil Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Dez Centavos); b) O montante de R$ 2.373.373,24 (Dois Milhões Trezentos e Setenta e Três Mil e Trezentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos) serão pagos como dividendos mínimos obrigatórios; c) O valor de R$ 100.000.000,00 (Cem Milhões de Reais) será mantido na conta Dividendos Adicionais Proposto e; d) O restante permanece em Reservas de Lucros a Destinar para posteriores destinações. **Extraordinária:** (I) Aprovam os acionistas a distribuição de dividendos adicionais num montante de R$ 130.000.000,00 (Cento e Trinta Milhões de Reais), sendo R$ 100.000.000,00 (Cem Milhões de Reais) com saldo na conta de Dividendos Adicionais Propostos e R$ 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais) com parte do saldo da conta Reservas de Lucros a Destinar, devendo tal montante ser liquidado no decorrer do ano de 2024 atendendo melhores disponibilidades de caixa. (II) Deliberam os acionistas alterar o §6º do Artigo 5º do Estatuto Social para consignar que os dividendos mínimos obrigatórios sejam de 10% do lucro líquido. Em virtude da deliberação (II) da Ordem Extraordinária se faz necessária a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5° - O capital social totalmente integralizado é de R$ 254.500.000,00 (Duzentos e Cinquenta Milhões e Quinhentos Mil Reais) representado por 254.500.000 (Duzentos e Cinquenta e Quatro Milhões e Quinhentos Mil) ações ordinárias nominativas ou nominativas endossáveis, do valor nominal de R$ 1,00 (Um real) cada uma. §1º - A sociedade poderá emitir certificados ou títulos múltiplos de ações satisfeitos os requisitos legais. §2º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. §3º - Os acionistas terão preferência para subscrição de novas ações. No caso de aumento de capital social, será respeitada a proporção do número de ações de que já possuírem os acionistas. §4º - A ação é indivisível em relação à sociedade. §5º - É vedada a sociedade negociar com as próprias ações. §6º - Fica assegurado aos Acionistas, o direito na percepção de dividendo obrigatório anual, calculado sobre o lucro líquido, à razão de 10% (Dez por cento), distribuído na proporção das ações de que forem possuidores. §7º - Os acionistas terão preferência na aquisição de ações colocadas à venda, por acionistas, em igualdade de condições com terceiros, na proporção das ações de que já forem possuidores, conforme regras e prazos estabelecidos nos parágrafos seguintes. §8º - Todo, acionista que desejar ceder ou transferir a qualquer título suas ações a terceiros, deverá notificar os demais acionistas de sua intenção, mediante correspondência registrada com aviso de recebimento – AR, declinando o nome e a qualificação do possível adquirente das ações, o número das ações a serem transacionadas, o preço e as condições de pagamento estabelecidas para o negócio. §9º - Recebendo a notificação referida no parágrafo 8º, os acionistas destinatários da oferta terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o direito de preferência para a aquisição das ações, pro rata entre si. §10º - Desejando exercer o direito de preferência ora assegurado, os acionistas destinatários da oferta darão ciência de sua intenção ao acionista vendedor, mediante correspondência registrada com aviso de recebimento – AR, dentro do supra referido prazo de 30 (Trinta) dias, celebrando-se então, imediatamente, os atos necessários a cessão e transferência das ações, concretizando-se o negócio. §11º - Decorrido, entretanto, o prazo de 30 (Trinta) dias e não tendo havido por parte dos acionistas destinatários da oferta, aquisição integral de todas as ações oferecidas, será a eles notificada a existência de sobras pelo acionista vendedor, dentro dos 05 (cinco) dias imediatamente, mediante correspondência registrada com aviso de recebimento – AR. §12º - Decorrido o prazo de 05 (Cinco) dias referido no parágrafo anterior, os acionistas que tiverem recebido a notificação ali prevista terão o prazo de 30 (Trinta) dias para a aquisição das sobras, pro rata entre si, celebrando-se, então, imediatamente, os atos necessários a cessão e transferência das ações, concretizando-se o negócio. §13º - Decorrido, entretanto, o prazo de 30 (Trinta) referido no parágrafo 12º e ainda remanescendo sobras, ou não tendo havido qualquer interessado dentre os acionistas na aquisição de todas as ações objeto da preferência, o acionista vendedor ficara livre para ceder as ações aos terceiros estranhos à sociedade, desde que o faça dentro dos 30 (Trinta) dias imediatamente seguintes, pelo preço, nas condições e nas quantidades originalmente declinadas por escrito. §14º - Se o negócio não se concretizar nesse prazo de 30 (Trinta) dias, o acionista vendedor ficará obrigado a repetir o procedimento previsto neste artigo e seus parágrafos, restaurando-se em benefício dos demais acionistas o prazo de 30 (Trinta) dias para o exercício do direito de preferência, o qual se regerá pelas normas aqui estipuladas. §15º - A admissão na sociedade daquele que não figura no quadro social ficará condicionada, sempre, a concordância expressa da maioria dos acionistas. §16º - Não havendo expressa concordância da maioria dos acionistas, proceder-se-ão ao pagamento dos haveres daquele que não foi admitido, mediante o levantamento de um balanço especial, em (Doze) parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 30 (Trinta) dias depois de levantado o aludido balanço, acrescidas as parcelas de correção monetária pelo IGP/FGV e juros de 1% (Um por cento) ao mês." **Observações Finais** - Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os impedidos por lei. Lavrada e lida a presente ata, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes. (a.a.) Presidente: **João Luiz Quagliato Neto**; Secretário: **Roque Quagliato**. Acionistas: **São Luiz Gestão e Participações S.A.** - Por seus Diretores Sr. João Luiz Quagliato Neto e Sr. Roque Quagliato. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **João Luiz Quagliato Neto -** Presidente, **Roque Quagliato** - Secretário. JUCESP nº 423.202/24-8 em 14/11/2024.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 14 de maio de 2025

Ri Happy Brinquedos S.A.

CNPJ nº 58.731.662/0001-11

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**138.246**	176.179	**173.496**	213.276
Contas a receber	7	**87.128**	71.099	**126.746**	101.131
Estoques	8	**218.034**	214.806	**291.021**	271.881
Tributos a recuperar	17.b	**58.625**	74.202	**94.349**	113.430
Partes relacionadas	12	**8.960**	2.360	**–**	–
Outros ativos		**20.350**	13.678	**21.824**	14.790
Total do ativo circulante		**531.343**	552.324	**707.436**	714.508
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber com ex-quotistas	16.1	**5.490**	5.478	**5.491**	5.478
Depósitos judiciais	20	**9.108**	7.733	**10.220**	8.580
Tributos diferidos	19	**194.454**	196.936	**227.389**	225.703
Outros ativos		**166**	1.152	**166**	1.152
Investimentos	9	**356.966**	315.985	**–**	–
Imobilizado	10	**42.839**	51.772	**47.938**	57.219
Intangível	11	**38.991**	48.300	**207.201**	218.249
Ativo de direito de uso	15	**89.630**	100.759	**98.709**	109.963
Total do ativo não circulante		**737.644**	728.115	**597.114**	626.344
Total ativo		**1.268.987**	1.280.439	**1.304.550**	1.340.852

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13.1	**277.943**	343.192	**361.093**	383.774
Fornecedores - operação de *"confirming"*	13.2	**6.401**	–	**6.401**	–
Empréstimos e financiamentos	14	**88.838**	76.161	**88.838**	76.161
Passivo de arrendamento	15	**41.702**	43.391	**45.695**	49.977
Salários e encargos sociais a pagar		**41.559**	33.657	**48.537**	39.543
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	**70.660**	66.856	**88.049**	83.740
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	**–**	–	**9.352**	3.865
Parcelamento de tributos	17c	**36.729**	25.042	**48.493**	33.230
Partes relacionadas	12	**146.319**	61.639	**–**	–
Outras contas a pagar		**25.229**	46.353	**29.337**	52.529
Total do passivo circulante		**735.380**	696.291	**725.795**	722.819
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**180.817**	225.855	**180.817**	225.855
Passivo de arrendamento	15	**68.608**	78.413	**74.903**	83.178
Contas a pagar para ex-quotistas	16.2	**10.225**	10.127	**24.717**	23.731
Provisão para demandas judiciais	20	**10.931**	6.890	**11.465**	7.540
Parcelamento de tributos	17c	**82.153**	47.340	**106.116**	61.668
Partes relacionadas - controlador	12d	**84.455**	78.228	**84.455**	78.228
Provisão para perdas com investimentos	9	**1.101**	402	**–**	–
Outros passivos		**3.583**	3.462	**4.548**	4.402
Total passivo não circulante		**441.873**	450.717	**487.021**	484.602
Total do passivo		**1.177.253**	1.147.008	**1.212.816**	1.207.421
Patrimônio líquido	21				
Capital social		**625.539**	625.539	**625.539**	625.539
Reservas de capital		**12.829**	12.434	**12.829**	12.434
Ajustes de avaliação patrimonial		**9**	11	**9**	11
Prejuízos acumulados		**(546.643)**	(504.553)	**(546.643)**	(504.553)
Total do patrimônio líquido		**91.734**	133.431	**91.734**	133.431
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.268.987**	1.280.439	**1.304.550**	1.340.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital: Reserva especial de ágio	Reserva de capital: Reserva de pagamento baseado em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		625.539	211	13.994	101	(432.136)	207.709
Outorga de opções	22	–	–	(1.771)	–	–	(1.771)
Prejuízo do exercício		–	–	–		(72.507)	(72.507)
Realização da reserva de custo atribuído	21.c	–	–	–	(90)	90	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**625.539**	**211**	**12.223**	**11**	**(504.553)**	**133.431**
Outorga de opções	22	**–**	**–**	**395**	**–**	**–**	**395**
Prejuízo do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**(42.092)**	**(42.092)**
Realização da reserva de custo atribuído	21.c	**–**	**–**	**–**	**(2)**	**2**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**625.539**	**211**	**12.618**	**9**	**(546.643)**	**91.734**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional, líquida	23.a	**922.223**	1.018.156	**1.179.454**	1.173.423
Custo das mercadorias vendidas	24	**(474.591)**	(587.868)	**(582.932)**	(600.513)
Lucro bruto		**447.632**	430.288	**596.522**	572.910
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	**(241.607)**	(254.528)	**(315.217)**	(326.816)
Despesas gerais e administrativas	24	**(112.876)**	(91.052)	**(139.899)**	(115.179)
Depreciação e amortização	24	**(61.304)**	(73.502)	**(69.510)**	(85.935)
Outras (despesas) receitas, líquidas	24	**2.957**	(3.589)	**4.734**	(8.386)
Resultado de equivalência patrimonial	9	**40.281**	21.102	**–**	–
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**75.083**	28.719	**76.630**	36.594
Receitas financeiras	25	**19.411**	42.152	**24.184**	60.884
Despesas financeiras	25	**(134.104)**	(140.460)	**(134.281)**	(153.631)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(39.610)**	(69.589)	**(33.467)**	(56.153)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	**–**	–	**(10.313)**	(5.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	**(2.482)**	(2.918)	**1.688**	(11.347)
(Prejuízo) do exercício		**(42.092)**	(72.507)	**(42.092)**	(72.507)
Resultado por ação - básico (R$)	26	**(1,1397)**	(1,9633)	**(1,1397)**	(1,9633)
Resultado por ação - diluído (R$)	26	**(1,1397)**	(1,9633)	**(1,1397)**	(1,9633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
(Prejuízo) do exercício	**(42.092)**	(72.507)	**(42.092)**	(72.507)
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Total do resultado abrangente	**(42.092)**	(72.507)	**(42.092)**	(72.507)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
(Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	**(39.610)**	(69.589)	**(33.467)**	(56.153)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	**61.304**	73.502	**69.510**	85.935
Equivalência patrimonial	**(40.282)**	(21.102)	**–**	–
Provisão para demandas judiciais	**4.040**	2.605	**3.925**	2.684
Reserva para pagamento baseado em ações	**395**	(1.771)	**395**	(1.771)
Provisão PLR	**11.241**	–	**12.496**	–
Provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente	**(1.033)**	4.284	**(576)**	4.817
Provisão para bonificações e perda de estoque	**(455)**	(110)	**(447)**	(1.409)
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros	**–**	244	**–**	244
Descontos obtidos s/aluguel	**(9.202)**	(10.812)	**(10.579)**	(12.865)
Juros de empréstimos e outras obrigações	**56.672**	66.093	**58.881**	67.758
Baixa de ativo imobilizado	**1.649**	3.579	**1.648**	3.943
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais				
Contas a receber	**(14.346)**	(25.899)	**(24.822)**	(45.397)
Estoques	**(3.037)**	25.547	**(19.450)**	46.364
Tributos a recuperar	**15.577**	(12.840)	**19.081**	(39.354)
Contas a receber com partes relacionadas	**(6.600)**	27.588	**–**	–
Contas a receber com ex-acionistas	**(12)**	(6)	**(13)**	(6)
Depósitos judiciais	**(1.375)**	(1.377)	**(1.640)**	(1.467)
Outros ativos	**(5.685)**	(9.489)	**(6.047)**	(10.361)
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores e operações de *confirming*	**(59.234)**	(28.151)	**19.027**	(12.979)
Contas a pagar com partes relacionadas	**(45.698)**	35.141	**–**	–
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	**(3.339)**	(10.888)	**(3.502)**	(11.548)
Tributos a pagar	**50.304**	71.454	**61.397**	93.412
Outros passivos	**(21.001)**	(3.181)	**(57.811)**	632
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**(49.727)**	114.822	**88.006**	112.479
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(2.203)**	(1.800)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	**(49.727)**	114.822	**85.803**	110.679
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	**(8.904)**	(15.435)	**(9.632)**	(16.286)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(8.904)**	(15.435)	**(9.632)**	(16.286)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	**9.784**	24.188	**9.784**	24.188
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	**(40.357)**	(80.188)	**(40.357)**	(80.188)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	**(42.625)**	(30.951)	**(42.625)**	(30.951)
Pagamentos de contas a pagar com ex-quotistas	**(787)**	(2.984)	**(787)**	(2.984)
Pagamentos de passivos de arrendamento	**(41.922)**	(49.257)	**(48.193)**	(58.608)
Movimentação e captação de empréstimo com partes relacionadas	**136.605**	78.228	**6.227**	78.228
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**20.698**	(60.964)	**(115.951)**	(70.315)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(37.933)**	38.423	**(39.780)**	24.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**176.179**	137.756	**213.276**	189.199
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**138.246**	176.179	**173.496**	213.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	**1.245.958**	1.356.575	**1.596.134**	1.597.585
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.239.583**	1.353.002	**1.588.776**	1.596.592
Outras receitas	**7.850**	2.798	**9.054**	2.684
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	**(1.475)**	775	**(1.696)**	(1.691)
Insumos adquiridos de terceiros	**(757.008)**	(917.649)	**(943.106)**	(1.011.168)
Custos das mercadorias e dos serviços vendidos	**(671.971)**	(818.165)	**(845.569)**	(893.160)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(83.758)**	(99.039)	**(96.282)**	(117.451)
Perda de valores ativos	**(1.279)**	(445)	**(1.255)**	(557)
Valor adicionado bruto	**488.950**	438.926	**653.028**	586.417
Depreciação e amortização	**(61.304)**	(73.502)	**(69.510)**	(85.935)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**427.646**	365.424	**583.518**	500.482
Valor adicionado recebido em transferência	**51.218**	53.698	**12.404**	48.050
Resultado da equivalência patrimonial	**40.281**	21.101	**–**	–
Receitas financeiras	**10.937**	32.597	**12.404**	48.050
Valor adicionado total a distribuir	**478.864**	419.122	**595.922**	548.532
Valor a distribuir	**478.864**	419.122	**595.922**	548.532
Pessoal	**164.332**	159.582	**216.203**	210.651
Remuneração direta	**128.363**	121.787	**172.703**	164.912
Benefícios	**23.438**	25.036	**28.430**	30.907
FGTS	**12.531**	12.759	**15.070**	14.832
Impostos, taxas e contribuições	**160.952**	146.540	**203.143**	194.280
Federais	**59.267**	63.080	**81.930**	93.159
Estaduais	**101.153**	82.531	**120.420**	99.878
Municipais	**532**	929	**794**	1.243
Remuneração de capital de terceiros	**195.672**	185.507	**218.668**	216.108
Juros	**87.204**	80.366	**76.286**	82.953
Aluguéis	**85.473**	59.675	**117.388**	80.815
Variação cambial	**8**	6	**(295)**	1.976
Ajuste valor presente	**17.118**	24.584	**19.652**	23.711
Taxa de antecipação e tarifas bancárias	**9.334**	19.181	**11.548**	23.925
Outras	**(3.465)**	1.695	**(5.911)**	2.728
Remuneração de capitais próprios	**(42.092)**	(72.507)	**(42.092)**	(72.507)
Prejuízos retidos	**(42.092)**	(72.507)	**(42.092)**	(72.507)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ri Happy Brinquedos S.A. ("Ri Happy" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi criada em abril de 1988 e sua sede social está localizada na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 16º Andar, Cidade Monções, São Paulo - SP, 04571-010. A Ri Happy, diretamente ou por meio de sua subsidiária ("Grupo" ou "Grupo Ri Happy") tem como atividade principal o comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos. A Companhia tem como principal controlada a PBKids Brinquedos Ltda. ("PBKids"), adquirida em 31 de agosto de 2012. A Companhia detém ainda o controle de uma distribuidora, a New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda., uma franqueadora denominada Partout Administradora de Bens Ltda., uma casa de festas e eventos infantis, denominada DRH Casa de Festa Ltda. ("Divertudo"), e uma licenciadora, a Brincar Marcas e Participações Ltda. ("Brincar"). Em 31 de dezembro de 2024, a Ri Happy possuía 198 lojas próprias, sendo 157 operando sob a bandeira Ri Happy e 41 sob PBKids, 2 sítios de comércio eletrônico através das URL's https://www.rihappy.com.br e https://www.pbkids.com.br e 98 lojas licenciadas no modelo franquia. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Diretoria em 14 de abril de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R$204.037 na controladora e R$18.359 no consolidado, (em 2023 o montante negativo de R$143.967 na controladora e R$8.311 no consolidado), principalmente em função do perfilamento dos empréstimos com reflexo a longo prazo. A Companhia gerou EBITDA positivo em 2024 com melhorias operacionais significativas como resultado das atividades. O cenário de melhora operacional da Companhia, que gerou resultados compatíveis ao período de pré-pandemia, reforça a viabilidade do *business* no longo prazo e reduz o risco de liquidez no curto prazo em razão do nível de alavancagem estar sob controle e em tendência de queda, do alongamento do cronograma da dívida realizado e pela retomada no crescimento de receita. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção. Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de encerramento do exercício. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Demonstração do fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. Demonstração do Valor Adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBCTG 9 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). **3. Base de consolidação das demonstrações financeiras:** Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas abaixo:

Controladas	Nota	31/12/2024 Ri Happy	31/12/2024 Participação indireta	31/12/2023 Ri Happy	31/12/2023 Participação indireta
PBKIDS Brinquedos Ltda.	a	**99%**	1%	**99%**	1%
Brincar Marcas e Participações Ltda.	b	**99%**	1%	**99%**	1%
Partout Adm. Bens e Participações Ltda.	c	**99%**	1%	**99%**	1%
New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda.	d	**100%**	100%	**100%**	100%
DRH Casa de Festas Ltda.	e	**99%**	1%	**99%**	1%

a) *PBKIDS Brinquedos Ltda. ("PBKIDS"):* Constituída em 19 de outubro de 1990, a Empresa dedica-se exclusivamente ao comércio varejista de brinquedos em geral e artigos recreativos. b) *Brincar Marcas e Participações Ltda. ("Brincar"):* Constituída em 9 de outubro de 2008, a Empresa dedica-se à prestação de serviços, para desenvolvimento e exploração de atividades relacionadas à publicidade e marketing. Trabalha com diversas formas e meios de comunicação de suas próprias marcas ou de terceiros. Também oferece, de acordo com seu objeto social, assessoria para licenciamento de marcas e franquia e realização de eventos e promoções dentro do negócio varejista de comércio de brinquedos e artigos recreativos. Atualmente é detentora, perante o INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de todos os registros de marcas das empresas da Ri Happy. c) *Partout Adm. Bens e Participações Ltda. ("Partout"):* Constituída em 11 de agosto de 2005, a Empresa atua no negócio de licenciamento e sublicenciamento de franquia empresarial para a Companhia, incluindo administração de fundo de propaganda, indicação de fornecedores, bem como o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas e logotipos da Companhia, incluindo a promoção de cursos de instrução, aperfeiçoamento e reciclagem de franqueados e licenciados e as demais atividades inerentes à condição de franqueadora, estipuladas nos contratos de franquia firmados pela Companhia. Atua também na prestação de serviços na área de informática e cessão de direitos de uso de *software* ou sistemas operacionais relacionados ao objeto social da Companhia e na participação no capital social de outras sociedades. d) *New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda. ("New Toys"):* Constituída em 22 de março de 2007, a Empresa com matriz localizada em São Paulo e filial no Espírito Santo tem como atividade a comercialização de mercadorias importadas. e) *DRH Casa de Festas Ltda. ("Divertudo"):* Constituída em 01 de fevereiro de 2022, a Empresa com matriz localizada em São Paulo tem como atividade a exploração do ramo de prestação de serviços de casa de festas e eventos infantis. **4. Políticas contábeis materiais:** a) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Nota Explicativa nº 17 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado. i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a controladas. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais). No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários, ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Nessa categoria estão classificados os empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos e Contas a pagar e a receber de ex-quotistas, sujeitos a juros, conforme descrito na Nota 18. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. c) Contas a receber: As contas a receber estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas, e da provisão para perda de crédito estimada, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, estabelecidos através de acordos comerciais e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, dentre outras modalidades. Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. d) Estoques: Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas do Grupo e líquidos do ajuste a valor presente de fornecedores e das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos não circulantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo. f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades do Grupo. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Anualmente, o Grupo efetua o teste de recuperação de seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. g) Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos. A Companhia optou por efetuar uma avaliação para determinar o valor justo e a vida útil de seus bens na data de transição (1º de janeiro de 2009). Este valor foi considerado a partir de então como o custo atribuído ("*deemed cost*") do ativo imobilizado, conforme "CPC27 - Ativo Imobilizado" e "ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43". A mais-valia do ativo imobilizado foi registrada em contrapartida a "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. O efeito tributário de 34% sobre a mais-valia também é registrado no patrimônio líquido com contrapartida de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo. A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as taxas médias de depreciação eram:

Categoria de ativos	Taxa média ponderada de depreciação anual 2024	Taxa média ponderada de depreciação anual 2023
Instalações	**10%**	10%
Máquinas e equipamentos	**18%**	18%
Móveis e utensílios	**9%**	9%
Veículos	**18%**	18%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**10%**	10%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. A Companhia e sua controlada PBKids possuem registrado no imobilizado em contrapartida no passivo como "provisão para desmantelamento", os gastos futuros a serem incorridos oriundo da obrigação contratual na qual a Companhia e sua controlada PBKids deverão devolver as lojas alugadas nas mesmas condições nas quais foram alugadas. Estes são amortizados pelo prazo do contrato de aluguel. h) Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente *softwares* adquiridos de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, marcas e patentes, direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresa adquirida e direito de franquia. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Softwares e licenças	Ágio	Marcas e patentes	Cláusula de não concorrência com ex-quotistas	Direito de franquia	Luvas
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização médio ponderado	4 anos	–	30 anos	5 anos	2,8 anos	5,8 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortizado	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

i) Arrendamentos: A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. *A Companhia e suas controladas como arrendatárias:* A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo ajustado a valor presente, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 14 de maio de 2025

→★ continuação

Ri Happy Brinquedos S.A. CNPJ nº 58.731.662/0001-11

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo: mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento). *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. j) Classificação circulante versus não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. k) Provisões: As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que o Grupo tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. l) Apuração do lucro líquido: i) *Receita:* a) *Vendas de mercadorias e serviços:* As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o Grupo deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para o Grupo são prováveis. As receitas resultantes dos serviços são reconhecidas quando o serviço é prestado. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua ocorrência e solicitação do cliente, pelo regime de competência. ii) *Custo das mercadorias vendidas:* O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidas de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos firmados. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição. iii) *Despesas com vendas:* As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, aluguéis, marketing, despesas com administradoras de cartão de crédito, manutenção etc. Os gastos com marketing são referentes a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: mídias digitais, rádio, televisão, tendo seus valores reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores de bonificação recebidos de fornecedores, em cooperação com as campanhas. iv) *Despesas gerais e administrativas:* As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras. v) *Outras receitas (despesas) operacionais:* As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado. vi) *Resultado financeiro, líquido:* As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pelos passivos financeiros durante o exercício, antecipação de recebíveis e juros sobre as contas a pagar para ex-acionistas. As receitas financeiras incluem, substancialmente, os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa. m) Tributos: *Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas e associadas, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária. *Outros impostos:* As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), e ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso. n) Transações em moeda estrangeiras: As transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pela cotação das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro. o) Pagamento com base em ações: A Companhia concede a seus principais executivos e administradores pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa nº 22. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. p) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas ao valor presente quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será recebido e o Grupo cumprirá todas as condições. Subvenções governamentais relacionadas aos custos são diferidas e reconhecidas no resultado durante o período necessário para conciliar com os custos que o subsídio tem a intenção de compensar. q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário).* O Grupo arrenda imóveis para o seu espaço de escritórios e lojas de varejo. O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento. *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* A cada encerramento do exercício, a Administração revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa nº 11.b. *Tributos diferidos:* São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Vide Nota Explicativa nº 19. *Provisão para demandas judiciais:* O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos, conforme divulgada na Nota Explicativa nº 20. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representam expectativa de perdas prováveis ou para passivos contingentes proveniente de combinação de negócios estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Vida útil do imobilizado:* A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Vide Notas Explicativas nº 4 (g) e 10. **5. Pronunciamentos novos e revisados:** Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. O Grupo está atualmente trabalhando para verificar se possui alguma subsidiaria elegível para aplicação do IFRS 19. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e depósitos bancários	**217**	163	**381**	237
Numerários em trânsito	**151**	260	**184**	308
Operações compromissadas (a)	**–**	–	**–**	5.430
Certificados de depósitos bancários (b)	**137.878**	175.756	**172.931**	207.301
Total	**138.246**	176.179	**173.496**	213.276

(a) O saldo é composto substancialmente por aplicações compromissadas com liquidez diária na Ri Happy, PBKids e Partout, sendo que a média ponderada do rendimento dessas aplicações era de 98% do CDI. Considerando todas as aplicações realizadas no consolidado, a média ponderada da taxa de rendimento é de 91% do CDI. (b) Refere-se substancialmente a aplicações automáticas e CDB de garantias com a remuneração média de 102% do CDI.

7. Contas a receber:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Administradores de cartões de crédito e débito (a)	**85.373**	69.414	**118.238**	93.897
Outras contas a receber de clientes (b)	**6.382**	7.995	**17.895**	17.414
	91.755	77.409	**136.133**	111.311
Ajuste a valor presente (c)	**(3.365)**	(5.048)	**(4.559)**	(6.271)
Provisão para perda de crédito estimada	**(1.262)**	(1.262)	**(4.827)**	(3.909)
	87.128	71.099	**126.747**	101.131

(a) Administradores de cartão de crédito e débito: São recebíveis de cartões de crédito e débito referentes às vendas parceladas em até 12 meses. Os recebíveis de cartão de débito são referentes às vendas de mercadorias nas lojas do Grupo, cujos recursos são disponibilizados no dia posterior (D+1) à realização da venda. A Companhia e sua controlada PBKids possuem operações de venda de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. O saldo dessas operações, em 31 de dezembro de 2024 para a Ri Happy é de R$156.217 (R$246.051 em 2023) e da PBKids é de R$47.278 (R$48.158 em 2023). (b) Outras contas a receber de clientes: Os valores são provenientes, principalmente, de valores a receber de *royalties* dos franqueados, vendas corporativas de brinquedos cartões "Happy Vale" e "Market Place". (c) Ajuste a valor presente: A taxa de desconto utilizada considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações junto às administradoras de cartão de crédito. A taxa de juros média em 2024 para desconto na Controladora foi de 11,37% a.a. (13,71% a.a. em 2023) e o prazo médio de recebimento dos títulos é de 138 dias (128 dias em 2023). Para o consolidado a taxa de juros média em 2024 para desconto foi de 11,53% a.a. (13,68% a.a. em 2023) e o prazo médio de recebimento dos títulos é de 123 dias (133 dias em 2023).

7.1. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
A vencer	**89.350**	67.909	**127.232**	98.915
Títulos vencidos:				
Vencidos a menos de 30 dias	**–**	2.103	**–**	2.432
Vencidos a mais de 30 dias	**2.405**	7.397	**8.901**	9.964
Total	**91.755**	77.409	**136.133**	111.311

7.2 Movimentação da provisão para perda de crédito estimada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(562)	(1.440)
Adições	–	631
Baixas	(700)	(3.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.262)	(3.909)
Adições	**–**	**1.182**
Baixas	**–**	**(2.100)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.262)**	**(4.827)**

8. Estoques:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Mercadorias para revenda bruto	**227.282**	226.004	**294.400**	281.291
Provisão para perdas	**(4.431)**	(4.891)	**(5.689)**	(6.141)
Provisão para doação	**–**	(1.760)	**–**	(2.168)
Mercadorias para revenda líquido	**222.851**	219.353	**288.711**	272.982
Importação em andamento	**–**	–	**8.162**	3.988
Bonificação em estoques (a)	**(450)**	(445)	**(407)**	(402)
Ajuste a valor presente (b)	**(4.367)**	(4.102)	**(5.445)**	(4.687)
	218.034	214.806	**291.021**	271.881

A movimentação das provisões para perdas e doações no período está demonstrada a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
No início do exercício	**(6.651)**	(6.895)	**(8.309)**	(8.928)
(+) Adições/provisão	**(15.172)**	(23.592)	**(18.708)**	(28.992)
(–) Baixas/reversões	**17.392**	23.836	**21.328**	29.611
	(4.431)	(6.651)	**(5.689)**	(8.309)

(a) Bonificações em estoques e custos de armazenagem: As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos acordos assinados, e engloba acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente o Grupo possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de bonificações. A apropriação é reconhecida no resultado do exercício na medida em que o estoque que deu origem às bonificações ou aos custos de armazenagem se realiza. Adicionalmente o Grupo possuem ajustes nos preços dos produtos que são negociados com os fornecedores. Os impactos dos acordos comerciais também estão refletidos no saldo da conta de mercadoria para revenda. (b) Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente registrado na conta de estoque é reflexo das contas a pagar sobre compras de mercadorias que não foram vendidas até a data de encerramento do balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não possuía estoques dados como penhor de garantia a passivos.

9. Investimentos (Controladora):

	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	**356.966**	315.985
Provisão para perdas com investimentos	**1.101**	402

A movimentação do investimento nas controladas está demonstrada a seguir:

	Brincar	PBKids	Partout	Divertudo	Total
Saldo em 31/12/2022	228	277.820	16.463	(30)	294.481
Equivalência patrimonial	(614)	14.747	6.955	14	21.102
Saldo em 31/12/2023	(386)	292.567	23.418	(16)	315.583
Equivalência patrimonial	**(698)**	**30.954**	**10.027**	**(1)**	**40.282**
Saldo em 31/12/2024	**(1.084)**	**323.521**	**33.445**	**(17)**	**355.865**
Saldo de investimentos		**323.521**	**33.445**		**356.966**
Saldo de provisão para perda de investimentos	**(1.084)**			**(17)**	**(1.101)**

Controladas: Os saldos das principais contas dos balanços das controladas diretas e indiretas são:

Em 2024	Brincar	PBKIDS	Partout	New Toys	Divertudo
Ativo	**106**	**400.468**	**39.480**	**82.138**	**22**
Patrimônio líquido	**(1.083)**	**194.692**	**33.833**	**57.483**	**(17)**
Lucro (prejuízo)	**(698)**	**32.009**	**10.008**	**2.313**	**(1)**
Em 2023	**Brincar**	**PBKIDS**	**Partout**	**New Toys**	**Divertudo**
Ativo	(367)	297.034	27.046	62.327	24
Patrimônio líquido	(385)	162.683	23.825	55.170	(16)
Lucro (prejuízo)	(614)	13.457	6.841	2.516	14

10. Imobilizado: Movimentação:

Controladora

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo							
31 de dezembro de 2022	62.776	42.141	11.438	261	136.382	5.903	258.901
Adições	27	354	98	–	80	3.659	4.218
Baixas	(2.997)	(1.827)	(594)	–	(9.181)	(9)	(14.608)
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2023	59.806	40.668	10.942	261	127.281	9.553	248.511
Adições	**436**	**443**	**–**	**–**	**832**	**1.276**	**2.987**
Baixas	**(38)**	**(148)**	**(201)**	**–**	**–**	**–**	**(387)**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**60.204**	**40.963**	**10.741**	**261**	**128.113**	**10.829**	**251.111**
Depreciação acumulada							
31 de dezembro de 2022	(58.832)	(35.425)	(8.272)	(261)	(92.422)	–	(195.212)
Adições	(928)	(3.241)	(799)	–	(10.778)	–	(15.746)
Mais-Valia	–	–	(1)	–	–	–	(1)
Baixas	2.997	1.882	459	–	8.882	–	14.220
31 de dezembro de 2023	(56.763)	(36.784)	(8.613)	(261)	(94.318)	–	(196.739)
Adições	**(855)**	**(2.004)**	**(616)**	**–**	**(8.058)**	**–**	**(11.533)**
Mais-Valia	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**(57.618)**	**(38.788)**	**(9.229)**	**(261)**	**(102.376)**	**–**	**(208.272)**
Valor residual							
31 de dezembro de 2024	**2.586**	**2.175**	**1.512**	**–**	**25.737**	**10.829**	**42.839**
31 de dezembro de 2023	3.043	3.884	2.329	–	32.963	9.553	51.772

Obras em andamento referem-se, substancialmente, a obras iniciadas no final de 2024 com prazo de conclusão para 2025.

Consolidado

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Custo							
31 de dezembro de 2022	66.167	50.118	16.485	357	153.308	6.677	293.112
Adições	27	404	104	–	348	4.186	5.069
Baixas	(3.104)	(2.394)	(1.145)	–	(11.819)	(269)	(18.731)
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
31 de dezembro de 2023	63.090	48.128	15.444	357	141.837	10.594	279.450
Adições	**695**	**638**	**1**	**–**	**945**	**1.332**	**3.611**
Baixas	**(37)**	**(148)**	**(201)**	**–**	**–**	**–**	**(386)**
Transferências	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**63.748**	**48.618**	**15.244**	**357**	**142.782**	**11.926**	**282.675**
Depreciação acumulada							
31 de dezembro de 2022	(61.439)	(42.723)	(12.845)	(245)	(105.663)	–	(222.915)
Adições	(1.143)	(3.554)	(1.026)	–	(11.571)	–	(17.294)
Mais-Valia	–	(1)	(1)	–	–	–	(2)
Baixas	3.104	2.483	918	–	11.475	–	17.980
31 de dezembro de 2023	(59.478)	(43.795)	(12.954)	(245)	(105.759)	–	(222.231)
Adições	**(968)**	**(2.190)**	**(748)**	**–**	**(8.600)**	**–**	**(12.506)**
Mais-Valia	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**(60.446)**	**(45.985)**	**(13.702)**	**(245)**	**(114.359)**	**–**	**(234.737)**
Valor residual							
31 de dezembro de 2024	**3.302**	**2.633**	**1.542**	**112**	**28.423**	**11.926**	**47.938**
31 de dezembro de 2023	3.612	4.333	2.490	112	36.078	10.594	57.219

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

11. Intangível:

Controladora

	Software e licenças	Contrato de luvas	Marcas	Cláusula de não concorrência	Ágio	Total
Custo						
31 de dezembro de 2022	132.145	6.848	129	373	8.060	147.555
Adições	11.216	–	–	–	–	11.216
	(3.293)	–	–	–	–	(3.293)
31 de dezembro de 2023	140.068	6.848	129	373	8.060	155.478
Adições	**5.917**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.917**
Baixas	**(1.262)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.262)**
31 de dezembro de 2024	**144.723**	**6.848**	**129**	**373**	**8.060**	**160.133**
Amortização acumulada						
31 de dezembro de 2022	(90.697)	(2.144)	(129)	(373)	–	(93.343)
Adições	(12.265)	(1.672)	–	–	–	(13.937)
Baixas	102	–	–	–	–	102
31 de dezembro de 2023	(102.860)	(3.816)	(129)	(373)	–	(107.178)
Adições	**(12.292)**	**(1.672)**	**–**	**–**	**–**	**(13.964)**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**(115.152)**	**(5.488)**	**(129)**	**(373)**	**–**	**(121.142)**
Valor residual						
31 de dezembro de 2024	**29.571**	**1.360**	**–**	**–**	**8.060**	**38.991**
31 de dezembro de 2023	37.208	3.032	–	–	8.060	48.300

Consolidado

	Software e licenças	Ágio	Marcas e patentes	Cláusula de não concorrência com ex-quotistas	Direito de franquia	Luvas	Total
Custo							
31 de dezembro de 2022	139.255	143.476	55.324	10.471	545	9.251	358.322
Adições	11.216	–	–	–	–	–	11.216
Baixas	(3.358)	–	–	–	–	–	(3.358)
31 de dezembro de 2023	147.113	143.476	55.324	10.471	545	9.251	366.180
Adições	**6.021**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.021**
Baixas	**(1.262)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.262)**
31 de dezembro de 2024	**151.872**	**143.476**	**55.324**	**10.471**	**545**	**9.251**	**370.939**
Amortização acumulada							
31 de dezembro de 2022	(97.726)	–	(19.012)	(10.471)	(545)	(4.551)	(132.305)
Adições	(12.298)	–	(1.823)	–	–	(1.672)	(15.793)
Baixas	167	–	–	–	–	–	167
31 de dezembro de 2023	(109.857)	–	(20.835)	(10.471)	(545)	(6.223)	(147.931)
Adições	**(12.312)**	**–**	**(1.823)**	**–**	**–**	**(1.672)**	**(15.807)**
Baixas	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**(122.169)**	**–**	**(22.658)**	**(10.471)**	**(545)**	**(7.895)**	**(163.738)**
Valor residual							
31 de dezembro de 2024	**29.703**	**143.476**	**32.666**	**–**	**–**	**1.356**	**207.201**
31 de dezembro de 2023	**37.256**	**143.476**	**34.489**	**–**	**–**	**3.028**	**218.249**

Software e licença: Refere-se a *software* e licenças de uso digital que são utilizados na operação do Grupo e pela Administração. Marcas/patentes e cláusula de não concorrência de ex-acionistas: Na combinação de negócios da PBKids gerou-se ágio, e parte de sua alocação foi destinada a marcas e patentes (marca PBKids) e cláusula de não concorrência de ex-acionistas da PBKids. A marca está sendo amortizada em 30 anos e o intangível associado à cláusula de não concorrência de ex-acionistas está sendo amortizado em cinco anos, conforme o prazo determinado no contrato de compra e venda. Na combinação de negócios da Planeta Brinquedo gerou-se ágio, e parte de sua alocação foi destinada a marcas e patentes (marca Planeta Brinquedo) e cláusula de não concorrência de ex-acionistas da Planeta Brinquedo. A marca foi amortizada em 0,5 ano e o intangível associado à cláusula de não concorrência de ex-acionistas está sendo amortizado em cinco anos, conforme o prazo determinado no contrato de compra e venda. Direito de franquia: Na combinação de negócios da Everkid gerou-se ágio, e parte de sua alocação foi destinada a direito de franquia. O direito de franquia foi em 2,8 anos. a) *Ágio:* Para fins da controladora o ágio está apresentado como investimento e para fins de consolidado o ágio é reclassificado para o intangível. Abaixo segue a composição do saldo de ágio:

Ágio apresentado como investimento para fins de controladora - PBKIDS	110.113
Ágio na aquisição da Everkid	3.110
Ágio na aquisição da Planeta Brinquedo	30.253
Saldo de ágio consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023	**143.476**

Para fins de consolidação o ágio é recomposto ao valor inicial da transação, aplicando o conceito de combinação de negócios - CPC 15 (R1) e efetuando as alocações do ágio, em ativos intangíveis identificados pela Companhia. As alocações do ágio ocorreram da seguinte forma:

	PBKIDS	Everkid	Planeta Brinquedo	Total
Alocações:				
Marca	54.846	–	478	55.324
Cláusula de não competição de ex-quotistas	9.091	–	1.380	10.471
Direito de franquia	–	545	–	545
Total alocado	63.937	545	1.858	66.340
Ágio não alocado	110.113	3.110	30.253	143.476
Total	174.050	3.655	32.111	209.816

b) *Teste de recuperação de ativos intangíveis sem vida útil definida e intangíveis com vida útil indefinida:* O ágio adquirido por meio de combinações de negócios é alocado nas unidades geradoras de caixa para teste de *impairment*. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considera, entre outros fatores, o momento econômico do país e os resultados históricos das empresas avaliadas, a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação dos ativos intangíveis sem vida útil definida. *Unidade geradora de caixa PBKids:* O valor recuperável da unidade geradora de caixa PBKids era de R$178.337 em 31 de dezembro de 2024, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo caixa aprovadas pela Administração durante um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado refletindo o cenário econômico do país e a abertura de novas lojas. A taxa de desconto pós-imposto de renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 13,5% a.a. (12% a.a. em 2023), e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,7% a.a. (3,5% a.a. em 2023). Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável. *Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso:* O cálculo do valor em uso tanto para as unidades da PBKids é mais sensível às seguintes premissas: • Taxa de desconto; • Crescimento na perpetuidade. *Taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para além do período de previsão:* Taxa de desconto: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias especificas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. *Crescimento na perpetuidade:* A estimativa foi baseada principalmente em: (i) resultados históricos obtidos pela Companhia; (ii) expectativa de crescimento orgânico em função da abertura de novas lojas; e (iii) expectativa de inflação e crescimento econômico (PIB) baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus). *Sensibilidade a mudanças nas premissas:* As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: • Taxa de desconto - O custo médio ponderado de capital (WACC) passa de 12,0% para 13,5%. Mesmo considerando este novo custo de capital médio ponderado (WACC), não há perda por redução ao valor recuperável. • Crescimento na perpetuidade - aplicando-se crescimento passa dos 3,7% que praticamente não consideraria crescimento real fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação a performance recente do ativo. Mesmo assim, utilizando este novo crescimento, não há perda por redução ao valor recuperável.

12. Partes relacionadas:

No ativo

	Controladora 2024	Controladora 2023
New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda. (a)	**195**	142
PBKIDS Brinquedos Ltda. (b)	**7.390**	2.105
Brincar Marcas e Participações Ltda. (c)	**1.245**	67
Partout Administração de Franquias e Bens Ltda. (c)	**130**	46
Mútuo	**–**	–
Total do ativo	**8.960**	2.360

No passivo

	Controladora 2024	Controladora 2023
Passivo		
New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda. (a)	**8.411**	18.875
PBKIDS Brinquedos Ltda. (b)	**112.211**	42.764
Partout Administração de Franquias e Bens Ltda. (c)	**25.697**	–
Fundo Controlador (d)	**84.455**	78.228
Total do passivo	**230.774**	139.867
Circulante	**146.319**	61.639
Não circulante	**84.455**	78.228

(a) O saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 é referente a despesas compartilhadas de pessoal e ocupação. Em 2024 o saldo era composto por R$195 referente a despesas compartilhadas de pessoal e ocupação mútuo com a controlada New Toys. O saldo a pagar refere-se integralmente a transações comerciais de revenda de mercadorias. (b) Saldo a receber no montante de R$7.390 (R$2.105 em 2023) é referente a despesas compartilhadas de pessoal e ocupação. O saldo a pagar de R$112.211 (R$42.764 em 2023) refere-se integralmente a transações comerciais. (c) O saldo é referente a despesas compartilhadas de pessoal e ocupação. (d) O saldo é referente empréstimo efetuado pelo Fundo Controlador como condição essencial para reperfilamento da dívida com vencimento em 2029.

Pagamentos efetuados no período:	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda.	**41.541**	17.421	**41.541**	17.841
PBKIDS Brinquedos Ltda.	**4.157**	–	**6.762**	18.624
Total de pagamentos efetuados	**45.698**	17.421	**48.303**	36.465

Demonstrativo de receitas e despesas entre as partes relacionadas:

	Controladora 2024	Controladora 2023
Receitas (despesas) do resultado		
Receita líquida	**12.908**	111.784
Custos	**(12.908)**	(111.784)

As operações com partes relacionadas conforme acima apresentado são resultado, principalmente, de operações que a Companhia e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas em conformidade com os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, e respeitam as condições praticadas pelo mercado. Pagamento do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários. O pagamento do período paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, pelos serviços prestados, está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado 2024	Controladora e Consolidado 2023
Salários e outros benefícios de curto prazo		
Salários	**5.300**	6.081
Participação no Resultado	**2.818**	2.188
Outros benefícios e encargos trabalhistas	**2.580**	2.460
	10.698	10.729

13. Fornecedores, aluguéis e condomínios a pagar:

13.1. Fornecedores, aluguéis e condomínios a pagar:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fornecedores - revenda	**250.557**	300.730	**322.987**	330.668
Aluguéis e condomínios a pagar	**22.152**	27.642	**25.317**	34.767
Fornecedores - serviços	**10.172**	12.231	**17.199**	14.826
Fornecedores - imobilizado	**766**	1.553	**1.131**	2.262
Outros fornecedores	**697**	1.036	**860**	1.221
	284.344	343.192	**367.494**	383.744

13.2. Fornecedores - operação de *"Confirming"*: A Companhia possui contrato firmado para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada *"confirming "*. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos, que, por sua vez, passa a ser credor da operação. A Companhia não se utiliza desta operação para alterar o fluxo de pagamento pactuado com seus fornecedores, apenas se beneficia de pequena receita de intermediação pela antecipação dos recebíveis de certos fornecedores. A receita de intermediação é registrada no resultado do exercício na rubrica de "Outras despesas/receitas operacionais". A Companhia possui saldo de R$6.401 em 31 de dezembro de 2024, e não possui saldo da operação em 31 de dezembro de 2023.

14. Empréstimos e financiamentos:

Em moeda nacional - R$	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Nota Comercial Escritural (c)	100% CDI + 2,50% a.a.	Dez/2028	**19.654**	22.905	**19.654**	22.905
Nota Comercial Escritural (c)	100% CDI + 2,50% a.a.	Dez/2028	**10.103**	11.775	**10.103**	11.775
Capital de giro (a)	100% CDI + 4,50% a 5,18% a.a.	Dez/2027	**44.388**	46.738	**44.388**	46.738
Capital de giro (b)	100% CDI + 1,25% a 2,50% a.a.	Dez/2028	**196.980**	222.443	**196.980**	222.443
Custo com as captações			**(1.470)**	(1.845)	**(1.470)**	(1.845)
			269.655	302.016	**269.655**	302.016
Circulante			**88.838**	76.161	**88.838**	76.161
Não circulante			**180.817**	225.855	**180.817**	225.855

(a) Empréstimos realizados com o Banco Daycoval, Banco Original, Banco ABC e Banco Industrial com o objetivo do capital de giro da empresa (b) Empréstimos realizados com o Banco do Brasil, Santander, Caixa Econômica Federal e Bradesco com o objetivo do capital de giro da empresa; e (c) Emissão de notas comerciais escrituradas junto ao Banco Votorantim com o objetivo do capital de giro da empresa. Em agosto de 2023 a companhia efetuou o reperfilamento de suas dívidas com as taxas e prazos acima descritos, ajustando seus vencimentos para longo prazo. A parcela não circulante em 31 de dezembro de 2024 possui os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2026	78.837	78.837
2027	72.782	72.782
2028	29.198	29.198
	180.817	180.817

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants*) constantes dos contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela Administração: (a) Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,5; e (b) EBITDA/despesa financeira igual ou maior a 1,3. Cláusulas restritivas ("covenants"): A Companhia cumpriu as cláusulas restritivas "covenants" no ano de 2024 sem a necessidade de waiver. Fianças: A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2024, as seguintes fianças contratadas junto a instituições financeiras:

Objetivo	2024	2023
Garantir dívida com ex-acionistas	**8.568**	10.388
Garantir processos fiscais/tributários	**944**	944
Garantir fornecedores	**50.414**	12.000
	59.926	23.332

As demais companhias do Grupo não possuem, em 31 de dezembro de 2024, fianças contratadas junto a instituições financeiras.

15. Ativos por direito de uso e passivos de arrendamentos:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	151.627	169.885
(+) Adições por novos contratos	9.557	10.814
(+/–) Ajuste por remensuração	855	752
(–) Baixa ativo direito de uso	(17.462)	(18.642)
Amortização	(43.818)	(52.846)
Em 31 de dezembro de 2023	100.759	109.963
(+) Adições e baixas de contratos	**20.144**	**22.458**
(+/–) Ajuste por remensuração	**4.534**	**7.485**
Amortização	**(35.807)**	**(41.197)**
Em 31 de dezembro de 2024	**89.630**	**98.709**
Vida útil média ponderada de amortização anual	**4,44**	**4,29**

Passivo de arrendamento: O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental de juros corresponde às cotações futuras de mercado obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - referência em DI x Pré acrescida de *spread* de risco para captações da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Arrendamentos Imóveis	**110.310**	121.804	**120.598**	**133.155**
	110.310	121.804	**120.598**	**133.155**
Circulante	**41.702**	43.391	**45.695**	**49.977**
Não circulante	**68.608**	78.413	**74.903**	**83.178**

Passivos de arrendamento	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	175.644	197.025
(+/–) Ajuste por remensuração	855	752
(–) Baixa passivo arrendamento	(17.462)	(18.642)
(+) Juros do período	13.279	14.679
(+) Adição por novos contratos	9.557	10.814
(–)Descontos obtidos	(10.812)	(12.865)
(–) Contraprestação paga	(49.257)	(58.608)
Em 31 de dezembro de 2023	121.804	133.155
(+/–) Ajuste por remensuração	**4.534**	**7.484**
(–) Baixa passivo arrendamento	**(450)**	**(450)**
(+) Juros do período	**14.952**	**16.273**
(+) Adição por novos contratos	**20.594**	**22.908**
(–) Descontos obtidos	**(9.202)**	**(10.579)**
(–) Contraprestação paga	**(41.922)**	**(48.193)**
Em 31 de dezembro de 2024	**110.310**	**120.598**
Taxa média ponderada de desconto anual	13,27%	13,30%

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 14 de maio de 2025

→★ continuação

Ri Happy Brinquedos S.A. CNPJ nº 58.731.662/0001-11

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Maturidade dos passivos de arrendamento:

Controladora						
Vencimento do contrato	**Taxa de desconto média ponderada**	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Entre 2 e 3 anos**	**Mais de 3 anos**
1 - Vencimento entre 0 e 12 meses	14,28%	567	613	566	47	–
2 - Vencimento entre 13 e 24 meses	10,72%	5.493	5.786	5.529	256	–
3 - Vencimento entre 25 e 36 meses	13,13%	14.045	15.859	8.851	7.007	–
4 - Vencimento entre 37 e 48 meses	14,70%	21.401	26.192	9.266	16.368	559
5 - Vencimento entre 49 e 60 meses	13,10%	43.320	54.809	14.147	28.434	12.229
6 - Mais de 60 meses	12,95%	25.484	36.010	6.247	12.852	16.911
		110.310	139.269	44.606	64.964	29.699

Consolidado						
Vencimento do contrato	**Taxa de desconto média ponderada**	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Entre 2 e 3 anos**	**Mais de 3 anos**
1 - Vencimento entre 0 e 12 meses	14,21%	1.682	1.801	1.639	163	–
2 - Vencimento entre 13 e 24 meses	11,37%	6.911	7.400	6.263	1.137	–
3 - Vencimento entre 25 e 36 meses	14,52%	15.600	17.898	9.404	8.112	382
4 - Vencimento entre 37 e 48 meses	14,09%	27.602	34.292	11.177	20.189	2.926
5 - Vencimento entre 49 e 60 meses	13,10%	43.320	54.809	14.147	28.434	12.229
6 - Mais de 60 meses	12,95%	25.483	36.011	6.246	12.851	16.912
		120.598	152.211	48.876	70.886	32.449

Pagamentos variáveis: A Companhia efetua pagamentos de arrendamentos variáveis que estão entre 1% e 5% das vendas realizadas nas lojas arrendadas. Tais pagamentos não foram inclusos na mensuração de passivos de arrendamento. O total de pagamentos variáveis em 2024 na controladora foi de R$83.334 e no consolidado R$114.695. **16. Contas a pagar e a receber com ex-quotistas: 16.1. Contas a receber com ex-quotistas:** Contas a receber com ex-quotistas - aquisição da Ri Happy (Controladora e Consolidado): Nos termos do contrato de compra e venda firmado em 9 de novembro de 2011, eventuais contingências cujo fato gerador tenha se originado na Administração anterior, se e quando se tornem devidas em consonância com o disposto no contrato, são de responsabilidade dos antigos acionistas. Assim, as provisões para demandas ou reivindicações anteriores à respectiva data de aquisição são provisionadas uma vez que o desembolso poderá ser realizado diretamente pela Companhia. Entretanto, devido ao disposto no contrato referido acima, a Companhia também reconhece contas a receber com os antigos acionistas controladores. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 era de R$5.490 no não circulante (em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R$5.478). **16.2. Contas a pagar ex-acionistas:** Os valores a pagar aos ex-quotistas são:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Ex-acionistas Ri Happy (a)	**10.225**	10.127	**10.224**	10.127
Ex-quotistas PBKids (b)	**–**	–	**14.493**	13.604
Total	**10.225**	10.127	**24.717**	23.731

a) Aquisição da Ri Happy (Controladora e Consolidado):

Detalhes da transação	**Valores**
31 de dezembro de 2022	12.806
Pagamento no período	(2.984)
Juros	305
31 de dezembro de 2023	10.127
Pagamento no período	**(787)**
Juros	**885**
31 de dezembro de 2024	**10.225**

Essa operação é garantida por fiança bancária. Vide Nota Explicativa nº 14.

b) Aquisição da PBKids (Consolidado):

Detalhes da transação	**Valores**
31 de dezembro de 2022	13.338
Pagamento no período	–
Juros no período	266
31 de dezembro de 2023	13.604
Pagamento no período	–
Juros no período	**889**
31 de dezembro de 2024	**14.493**

17. Tributos a recuperar e a recolher: a) Tributos a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
PIS e COFINS a pagar	**18.533**	17.788	**22.620**	22.000
Imposto de renda e contribuição social	**–**	–	**9.381**	3.785
ICMS a pagar	**50.302**	48.466	**63.546**	60.790
Outros	**1.825**	602	**1.854**	1.030
	70.660	66.856	**97.401**	87.605

b) Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
PIS e COFINS a recuperar (i)	**29.071**	47.519	**54.282**	76.810
IRRF a recuperar	**7.195**	4.072	**8.162**	4.555
ICMS a recuperar (ii)	**20.474**	20.806	**29.051**	28.818
Outros	**1.885**	1.805	**2.854**	3.247
	58.625	74.202	**94.349**	113.430

(i) A Companhia e suas controladas PBKids e New Toys ajuizaram ação em janeiro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente, contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo aos últimos 5 anos, a partir do ajuizamento da ação e para os períodos subsequentes. A Companhia obteve decisão favorável em caráter liminar em abril de 2017 na primeira instância da Justiça Federal de São Paulo, já realizou o levantamento dos valores relacionados à matéria, bem como a habilitação de crédito que já está sendo objeto de compensação. O saldo do crédito de PIS/COFINS foi totalmente consumido durante 2023. A Companhia e suas controladas PB Kids e New Toy aderiram a ação ajuizada pelo SINDILOJAS ajuizada em 2006 contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo aos últimos 5 anos, a partir do ajuizamento da ação e para os períodos subsequentes. A Companhia já realizou o levantamento dos valores relacionados à matéria, bem como a habilitação de crédito que já está sendo objeto de compensação. O saldo do crédito de PIS/COFINS em 31 de dezembro de 2024 é Ri Happy R$ 24.289 e PB Kids R$ 24.351referente a crédito recuperado. (ii) A Companhia ajuizou ação em outubro de 2020, contra a Fazenda do Estado de São Paulo para afastar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS pelo Estado de São Paulo, relativo aos últimos 5 anos, a partir do ajuizamento da ação e para os períodos subsequentes. A Companhia obteve decisão em caráter definitivo (transitado em julgado) pela Justiça de São Paulo, sendo que já realizou o levantamento dos valores relacionados à matéria. O saldo do crédito de ICMS DIFAL - Emenda 87/15 em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 15.717 referente a crédito recuperado.

c) Parcelamento de Tributos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Parcelamento de Tributos (CP)	**36.729**	25.042	**48.493**	33.230
Parcelamento de Tributos (LP)	**82.153**	47.340	**106.116**	61.668
	118.882	72.382	**154.609**	94.898

A Companhia realizou ao longo do ano de 2024 o parcelamento dos Impostos Federais, Previdenciários e ICMS.

Tributos	**Tipo de parcelamento**	**Prazo**
Impostos Federais e Previdenciários	Parcelamento simplificado	60 meses
ICMS	Parcelamento ordinário	12 a 60 meses

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda. Segue abaixo o quadro com a categoria dos principais instrumentos financeiros referente à Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Controladora	2024			2023		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**	**Total**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	**138.246**	**–**	**138.246**	176.179	–	176.179
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	**–**	**–**	–	–	–
Contas a receber	**–**	**87.128**	**87.128**	–	71.099	71.099
Contas a receber - partes relacionadas	**–**	**8.960**	**8.960**	–	2.360	2.360
Contas a receber - ex-acionistas	**–**	**5.490**	**5.490**	–	5.478	5.478
Total	**138.246**	**101.578**	**239.824**	176.179	78.937	255.116
Passivos financeiros						
Fornecedores	**–**	**277.943**	**277.943**	–	343.192	343.192
Fornecedores - operações de *confirming*	**–**	**6.401**	**6.401**	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	**–**	**269.655**	**269.655**	–	302.016	302.016
Partes relacionadas - Controlador	**–**	**84.455**	**84.455**	–	78.228	78.228
Contas a pagar com ex-acionistas	**–**	**10.225**	**10.225**	–	10.127	10.127
Partes relacionadas - contas a pagar	**–**	**146.319**	**146.319**	–	139.867	139.867
Parcelamento de impostos	**–**	**118.882**	**118.882**	–	72.382	72.382
Total	**–**	**913.880**	**913.880**	–	945.812	945.812

Consolidado	2024			2023		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**	**Total**	**Mensurados ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	**173.496**	**–**	**173.496**	213.276	–	213.276
Instrumentos financeiros derivativos	**–**	**–**	**–**	–	–	–
Contas a receber	**–**	**126.746**	**126.746**	–	101.132	101.132
Contas a receber - ex-acionistas	**–**	**5.491**	**5.491**	–	5.478	5.478
Total	**173.496**	**132.237**	**305.733**	213.276	106.610	319.886
Passivos financeiros						
Fornecedores	**–**	**361.093**	**361.093**	–	383.774	383.774
Fornecedores - operações de *confirming*	**–**	**6.401**	**6.401**	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	**–**	**269.655**	**269.655**	–	302.016	302.016
Partes relacionadas - Controlador	**–**	**84.455**	**84.455**	–	78.228	78.228
Contas a pagar com ex-acionistas	**–**	**24.717**	**24.717**	–	23.731	23.731
Parcelamento de impostos	**–**	**154.609**	**154.609**	–	94.898	94.898
Total	**–**	**900.930**	**900.930**	–	882.647	882.647

a) Mensurações de valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil desses ativos se aproxima do valor justo. Abaixo, os valores justos dos empréstimos e financiamentos e dos Contas a pagar com ex-quotistas que a Companhia mensura somente para fins de divulgação:

Controladora	2024			2023		
	Valor contábil	**Valor justo**	**Nível hierárquico do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Nível hierárquico do valor justo**
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos (líquido do custo da transação)	**269.655**	**222.004**	**2**	302.016	231.855	2
Contas a pagar com ex-quotistas	**10.225**	**10.225**	**2**	10.127	10.127	2

Consolidado	2024			2023		
	Valor contábil	**Valor Justo**	**Nível hierárquico do valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Nível hierárquico do valor justo**
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos (líquido do custo da transação)	**269.655**	**222.004**	**2**	302.016	231.855	2
Contas a pagar com ex-acionistas	**24.717**	**24.717**	**2**	23.731	23.731	2

Durante o exercício de 2024, não houve alterações de classificações dos níveis de hierarquização do valor justo dos instrumentos financeiros e não financeiros da Companhia, mantendo-se como apresentados em 2023. b) Gerenciamento de riscos: O Grupo identifica e monitora os principais fatores de risco aos quais a está exposto no curso normal das suas operações, os principais fatores de risco do Grupo são: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Gestão de capital; • Risco de liquidez. i) *Risco de crédito:* *Caixa e equivalentes de caixa:* a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em instituições financeiras aprovadas pela Administração, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados. *Contas a receber:* o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito e débito. ii) *Gestão de capital:* O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Empréstimos e financiamentos	**269.655**	302.016	**269.655**	302.016
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(138.246)**	(176.179)	**(173.496)**	(213.276)
Partes relacionadas - Controlador	**84.455**	78.228	**84.455**	78.228
Dívida líquida	**215.864**	204.065	**180.614**	166.968
Patrimônio líquido	**91.734**	133.431	**91.734**	133.431
Patrimônio líquido e dívida líquida	**307.598**	337.496	**272.348**	300.399

iii) *Risco de liquidez:* A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

As tabelas a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**Menos de 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**
Fornecedores	343.192	–	343.192	383.774	–	383.774
Fornecedores - operações de *confirming*	–	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	76.161	225.855	302.016	76.161	225.855	302.016
Contas a pagar com ex-quotistas	–	10.127	10.127	–	23.731	23.731
Parcelamento de impostos	25.042	47.340	72.382	33.230	61.668	94.898
Saldos em 31 de dezembro de 2023	444.395	283.322	727.717	493.165	311.254	804.419
Fornecedores	277.943	–	277.943	361.093	–	361.093
Fornecedores - operações de *confirming*	6.401	–	6.401	6.401	–	6.401
Empréstimos e financiamentos	88.838	180.817	269.655	88.838	180.817	269.655
Contas a pagar com ex-quotistas	–	10.225	10.225	–	24.717	24.717
Parcelamento de impostos	36.729	82.153	118.882	48.493	106.116	154.609
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**409.911**	**273.195**	**683.106**	**504.825**	**311.650**	**816.475**

c) Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo está exposto à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em razão de dívidas com ex-quotistas, empréstimos e financiamentos e dos rendimentos de aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. A Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para a próxima divulgação de taxa de juros do CDI e Selic de 12,15% a.a, baseadas em projeções do mercado futuro B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Abaixo, demonstramos a análise de sensibilidade do risco das taxas de juros em 31 de dezembro de 2024:

Controladora

		Projeções de mercado (cenários) 2024		
Transações	**Saldo contábil**	**Provável**	**Possível + 25%**	**Remoto + 50%**
Aplicações financeiras	**137.878**	**16.417**	**21.020**	**25.623**
Empréstimos e financiamentos	**(269.655)**	**(32.763)**	**(41.949)**	**(51.135)**
Contas a pagar com ex-quotistas	**(10.225)**	**(1.242)**	**(1.591)**	**(1.939)**
Total	**(142.002)**	**(17.588)**	**(22.520)**	**(27.451)**

		Projeções de mercado (cenários) 2023		
Transações	**Saldo contábil**	**Provável**	**Possível + 25%**	**Remoto + 50%**
Aplicações financeiras	175.757	17.814	22.786	27.758
Empréstimos e financiamentos	(302.016)	(35.185)	(45.006)	(54.827)
Contas a pagar com ex- quotistas	(10.127)	(1.180)	(1.509)	(1.838)
Total	(136.386)	(18.551)	(23.729)	(28.907)

Consolidado

		Projeções de mercado (cenários) 2024		
Transações	**Saldo contábil**	**Provável**	**Possível + 25%**	**Remoto + 50%**
Aplicações financeiras	**172.931**	**19.120**	**24.481**	**29.842**
Empréstimos e financiamentos	**(269.655)**	**(32.763)**	**(41.949)**	**(51.135)**
Contas a pagar com ex-acionistas	**(24.717)**	**(3.003)**	**(3.845)**	**(4.687)**
Total	**(121.441)**	**(16.646)**	**(21.313)**	**(25.980)**

		Projeções de mercado (cenários) 2023		
Transações	**Saldo contábil**	**Provável**	**Possível + 25%**	**Remoto + 50%**
Aplicações financeiras	212.731	24.287	31.067	37.846
Empréstimos e financiamentos	(302.016)	(35.185)	(45.006)	(54.827)
Contas a pagar com ex-acionistas	(23.731)	(2.765)	(3.536)	(4.308)
Total	(113.016)	(13.663)	(17.475)	(21.289)

19. Imposto de renda e contribuição social:

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(39.610)**	(69.589)	**(33.467)**	(56.153)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	**13.467**	23.660	**11.379**	19.092
Equivalência patrimonial	**14.315**	7.794	**–**	–
Atualização monetária	**–**	9.223	**–**	9.223
Brindes e donativos	**(1.711)**	(432)	**(2.090)**	(571)
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	**(591)**	3.952	**10.048**	8.023
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**25.480**	44.197	**19.337**	35.768
Imposto de renda e contribuição social corrente	**–**	–	**(10.313)**	(5.007)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**25.480**	44.197	**29.650**	35.768
Imposto de renda e contribuição social diferido (baixa)	**(27.962)**	(47.115)	**(27.962)**	(47.115)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(2.482)**	(2.918)	**(8.625)**	(16.354)
Alíquota efetiva	**64%**	64%	**58%**	64%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Impostos diferidos sobre ágio incorporado	**(2.740)**	(2.740)	**(11.342)**	(11.342)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	**166.622**	166.622	**214.174**	214.332
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	**30.583**	33.065	**24.573**	22.727
Impostos diferidos sobre custo atribuído	**(11)**	(11)	**(14)**	(14)
Total do imposto de renda diferido ativo (passivo)	**194.454**	196.936	**227.391**	225.703

c) Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias: O saldo de imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias está composto:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Ativo intangível	**–**	–	**(11.106)**	(11.726)
Provisão para demandas judiciais e outros	**3.717**	2.343	**3.898**	2.564
Provisão para perda com estoque	**1.507**	1.663	**1.944**	2.128
Provisão para bonificação	**153**	152	**139**	137
Provisão para PLR	**3.822**	–	**4.210**	–
Provisão de aluguéis	**6.835**	12.650	**7.911**	15.072
Provisão de recursos humanos	**–**	21	**–**	25
Provisão de ajuste a valor presente	**629**	980	**798**	1.306
Provisão de marketing	**108**	1.143	**108**	1.169
Provisão logística	**307**	2.371	**307**	2.591
Provisão de *stock option*	**3.260**	3.126	**3.260**	3.126
Provisão honorários advogados	**3.011**	–	**4.043**	–
Direito de uso e passivo de arrendamento	**7.031**	7.154	**7.404**	7.846
Outras provisões	**203**	1.462	**1.657**	(1.511)
	30.583	33.065	**24.573**	22.727

d) Movimentação do imposto de renda diferido: A movimentação do imposto de renda para 2024 e 2023 é a seguinte:

Controladora

Natureza	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**2024**
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	166.622	**–**	**–**	**166.622**
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(2.740)	**–**	**–**	**(2.740)**
Diferenças temporárias	33.065	**–**	**(2.482)**	**30.583**
Custo atribuído	(11)	**–**	**–**	**(11)**
Total	196.936	**–**	**(2.482)**	**194.454**

Natureza	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	166.622	–	–	166.622
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(2.740)	–	–	(2.740)
Diferenças temporárias	36.011	–	(2.946)	33.065
Custo atribuído	(55)	–	44	(11)
Total	199.838	–	(2.902)	196.936

Consolidado

Natureza	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**2024**
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	214.332		**(158)**	**214.174**
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(11.342)	**–**	**–**	**(11.342)**
Diferenças temporárias	22.727	**1.846**	**–**	**24.573**
Custo atribuído	(14)	**–**	**–**	**(14)**
Total	225.703	**1.846**	**(158)**	**227.391**

Natureza	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	218.225	–	(3.893)	214.332
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(11.342)	–	–	(11.342)
Diferenças temporárias	30.210	–	(7.482)	22.727
Custo atribuído	(59)	–	45	(14)
Total	237.034	–	(11.331)	225.703

e) Prejuízo fiscal e base negativa: A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia não constituiu saldo de prejuízo fiscal e base negativa referente ao exercício de 2024 da sua controladora e ficou com saldo de R$ 166.622. A sua controlada integral PBKIDS possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R$47.552 e R$50.436 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

	2024	
Exercício social	**Controladora**	**Consolidado**
2025	**2.489**	**4.673**
2026	**4.706**	**7.318**
2027	**7.313**	**10.303**
2028	**10.420**	**13.835**
2029	**11.498**	**15.068**
A partir de 2030	**130.196**	**162.977**
	166.622	**214.174**

20. Provisão para demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Tributárias	**132**	214	**132**	214
Trabalhistas e previdenciárias	**7.799**	3.914	**8.214**	4.447
Cíveis	**3.000**	2.762	**3.119**	2.879
Total da provisão para demandas judiciais	**10.931**	6.890	**11.465**	7.540

A movimentação da provisão está demonstrada abaixo:

Controladora

Controladora	**Tributárias**	**Trabalhistas e previdenciárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	689	3.548	47	4.284
Adições	–	935	3.606	4.541
Pagamentos (baixas)	(475)	(569)	(891)	(1.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	214	3.914	2.762	6.890
Adições	**715**	**4.677**	**2.998**	**8.390**
Baixas (reversões)	**(797)**	**(792)**	**(2.760)**	**(4.349)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**132**	**7.799**	**3.000**	**10.931**

Consolidado

Consolidado	**Tributárias**	**Trabalhistas e previdenciárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	689	4.119	47	4.855
Adições	–	963	3.722	4.685
Pagamentos (baixas)	(475)	(635)	(890)	(2.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	214	4.447	2.879	7.540
Adições	**715**	**5.251**	**2.999**	**8.965**
Baixas (reversões)	**(797)**	**(1.484)**	**(2.759)**	**(5.040)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**132**	**8.214**	**3.119**	**11.465**

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, O Grupo possui em depósitos judiciais no montante de R$9.108 na controladora e R$10.220 no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R$7.733 e R$8.580 em 31 de dezembro de 2023). Perdas possíveis A composição e estimativa das ações de natureza trabalhistas, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Tributárias	**274.802**	274.802	**290.108**	290.108
Trabalhistas e previdenciárias	**13.137**	9.427	**14.434**	10.946
Cíveis	**384**	394	**384**	397
Saldos em 31 de dezembro	**288.323**	284.623	**304.926**	301.451

Dentre as ações com classificadas pela Administração como possíveis as de maior relevância são: (i) Benefício fiscal do ágio - em 8 de fevereiro de 2017 a Companhia foi autuada pela Secretária da Receita Federal referente a exigência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao período de 2012 a 2014, em decorrência da glosa de despesas de amortização fiscal do ágio. O valor total original do auto de infração é de R$127.337. O processo teve seu julgamento de Recursos Especiais pela CSRF (última fase administrativa) favorável a Companhia no ano de 2022, encerrando o processo e extinguindo desta forma o crédito tributário. (ii) Benefício fiscal do ágio - em dezembro de 2019 a Companhia foi autuada pela Secretária da Receita Federal referente a exigência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao período de 2015 a 2016, em decorrência da glosa de despesas de amortização fiscal do ágio. O valor total original do auto de infração é de R$45.023. O processo se encontra em fase de julgamento de Recursos Voluntários pelo CARF; (iii) PIS/COFINS - em agosto de 2017 a Companhia recebeu dois autos de infração, um por recolhimento a menor de PIS/COFINS e outro por omissão de informação na EFD (Escrituração Fiscal Digital), ambos abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015. O valor original dos autos totaliza R$86.647, respectivamente. O processo se encontra em fase de julgamento de Recursos Especiais pela CSRF (última fase administrativa); (iv) IRPJ/CSLL - em fevereiro de 2021 a Companhia foi autuada pela Secretária da Receita Federal referente a exigência do IRPJ e CSLL do ano calendário de 2016 em decorrência de glosa da "Devoluções de Vendas" ocorridas no indicado. O valor original do referido auto de infração é de R$31.447 e se encontra aguardando julgamento de Recurso Voluntário pelo CARF. (v) Benefício fiscal do ágio - em dezembro de 2021 a PBKIDS foi autuada pela Secretária da Receita Federal referente a exigência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos ao período de 2017 a 2019, em decorrência da glosa de despesas de amortização fiscal do ágio. O valor total original do auto de infração é de R$35.202. O processo se encontra em fase de julgamento de Impugnação junto a Delegacia da Receita Federal. **20.1. Contrato de compra e venda de participação societária:** Nos respectivos contratos de compra e venda de participação societária foi definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores as assinaturas dos contratos de compra e venda da Ri Happy, PBKids e Planeta Brinquedo seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da dívida a pagar mencionada na Nota Explicativa nº 16, o valor a ser retido dos pagamentos aos antigos acionistas era de R$500 em 31 de dezembro de 2024 (R$500 em 2023) a processos judiciais da Ri Happy avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com probabilidade de perda provável.

21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 era de R$625.539 e está representado por 36.931.576 ações ordinárias sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia era de 100.000.000 de ações ordinárias. O capital social é composto por:

Acionistas	**Ações ordinárias**	**% Capital**
RHPBK Coinvestimento FIP Multiestratégia	10.003.788	27,09%
RHPBK II Coinvestimento FIP Multiestratégia	1.769.433	4,79%
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP Multiestratégia	9.235.674	25,01%
CTS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	13.207.566	35,76%
CTS II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	2.715.115	7,35%
Total	36.931.576	100,00%

b) Distribuição de lucros: De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deverá deduzir do lucro apurado, um percentual de 5% para a constituição da reserva legal, sendo que o percentual a ser distribuído como dividendos aos acionistas deverá ser aprovado pela Assembleia Geral, observando o mínimo de 25% dos dividendos obrigatórios. Nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). c) Subvenções governamentais - crédito presumido de ICMS: A Companhia é beneficiária de créditos presumidos de ICMS concedidos pelo Estado de Minas Gerais para operações de venda de mercadorias realizadas pelo e-commerce. Nos termos da legislação de regência, esse benefício fiscal caracteriza uma subvenção para investimento que, observados certos requisitos, não deve ser oferecido à tributação federal. A Companhia informa, entretanto, que, pelo fato de possuir prejuízo acumulado, não pôde, até o momento, alocar tais subvenções à reserva de lucros a que se refere o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Após a eliminação dos prejuízos acumulados, a Companhia recomporá a reserva de lucros acima mencionada com os valores da subvenção para investimento utilizados na absorção dos seus prejuízos nos anos de 2015 a 2019. **22. Plano de pagamentos baseados em ações:** a) Plano de opções de ações: O plano de pagamento com base em ações da Companhia tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. As opções foram concedidas aos empregados considerados executivos-chave da Companhia, neste caso indicados pelo Conselho de Administração para receberem opções. As opções outorgadas são divididas como descrito a seguir: *"Time Based Options" (TBO) ou Exercício da Opção com base no Prazo do Vínculo Empregatício (36% do total)* - provê o direito do beneficiário de comprar ações a um preço predeterminado com base no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Essas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício. O beneficiário terá direito de exercer as opções, com base em um cronograma de vesting de 20% ao ano, por 5 (cinco) anos, desde que permaneça como empregado, diretor ou prestador de serviços da Companhia durante o referido período. Na ocorrência de um Evento de Liquidez em data anterior ao vencimento do prazo de exercício de 5 (cinco) anos, as Opções poderão se tornar exercíveis antecipadamente e em data anterior ao aniversário da outorga das Opções. *"Performance Based Options" (PBO) ou Exercício da Opção com base no Desempenho da Companhia (64% do total)* - provê o direito do beneficiário de comprar ações na ocasião de um Evento de Liquidez (como por exemplo a alienação total/parcial de participação acionária ou Abertura Qualificada de Capital pela Companhia) condicionado ao cumprimento de taxas de retorno sobre o capital investido dos acionistas. Durante o ano de 2024, não houve alteração do plano de opções.

	Tranche 1	
	TBO	**PBO**
	Quantidade de opções em milhares	
31 de dezembro de 2022	240	1.399
Outorgadas durante o ano	49	91
Outorgadas canceladas	–	–
31 de dezembro de 2023	289	1.490
Outorgadas durante o ano	**–**	**–**
Outorgadas canceladas	**–**	**–**
31 de dezembro de 2024	**289**	**1.490**

Em 2023 foram outorgadas 49 mil unidades de investimento do tipo TBO e 91 mil unidades de investimento do tipo PBO a novo executivo. O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, referente aos planos de opções de ações, é de R$12.618 (R$12.223 em 31 de dezembro de 2023). As premissas e resultados dos cálculos para a revisão dos valores em 2018 estão demonstrados abaixo:

Detalhes	**TBO**	**PBO**
Data de início (primeira outorga)	28/02/2012 a 13/04/2017	20/02/2018 a 13/04/2017
Quantidade de opções (milhares)	765	1.199
Preço de exercício - R$	R$17,68 a R$22,83	R$17,68 a R$22,83
Volatilidade anualizada esperada	30,9%	30,9%
Inflação estimada (IPCA) - média	3,0% a.a.	3,0% a.a.
Prazo maturidade estimado	4 anos a 9 anos	1,5 anos a 3,5 anos
Valor justo da opção	R$18,38 a R$18,90	R$17,34 a R$18,18

As premissas e resultados dos cálculos para as opções outorgadas em 2019 estão demonstradas abaixo:

Detalhes	**TBO**	**PBO**
Data de início (primeira outorga)	21/03/2019	21/03/2019
Taxa Livre de Risco	4,9%	4,9%
Quantidade de opções (milhares)	13.749	25.535
Preço de exercício - R$	R$18,45 a R$22,16	R$18,45 a R$22,16
Volatilidade anualizada esperada	34,2%	34,2%
Inflação estimada (IPCA) - média	3,0% a.a.	3,0% a.a.
Prazo maturidade estimado	5 anos	2,5 anos
Valor justo da opção	R$15,46	R$13,82

As premissas e resultados dos cálculos para as opções outorgadas em 2021 estão demonstradas abaixo:

Detalhes	**TBO**	**PBO**
Data-base atualização	31/12/2021	31/12/2021
Quantidade de Opções	49.119	91.221
Preço de exercício - R$	R$20,29	R$20,29
Volatilidade anualizada esperada	46,8%	46,8%
Inflação estimada (IPCA) - média	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Prazo maturidade estimado	5 anos	5 anos
Valor justo da opção	R$43,88	R$40,65
Encargos - INSS [aplicado sobre o valor justo da opção]	20,0%	20,0%

As Unidades de Investimentos outorgadas tiveram seu valor justo calculado separadamente por seu tipo e foram segregadas em: (i) unidades com base no tempo de mandato ou vínculo empregatício (*"Time Based Options" - TBO)*, representando 35% do total de instrumentos outorgados; e (ii) unidades com base no desempenho da Companhia (*Performance Based Options - PBO)*, representando 65% do total de instrumentos outorgados. As premissas e resultados dos cálculos para as opções outorgadas em 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo:

	PBO	
Detalhes	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Data-base atualização		
Quantidade de Opções	1.107.947	1.107.947
Preço de exercício - R$	R$12,68	R$12,68
Volatilidade mensal esperada	16,34%	16,34%
Prazo maturidade estimado	3 anos	3 anos

23. Receita operacional líquida: a) Composição da receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Mercadorias e serviços	**1.298.606**	1.422.967	**1.668.264**	1.689.096
Devoluções e cancelamentos de vendas	**(59.024)**	(69.965)	**(79.488)**	(92.505)
Receita bruta de vendas	**1.239.582**	1.353.002	**1.588.776**	1.596.592
Lojas Brinquedos	**966.087**	1.243.136	**1.302.334**	1.486.726
Lojas Baby	**–**	953	**–**	953
Lojas Combo (One Stop Shop)	**204.192**	–	**204.192**	–
Comércio eletrônico *(e-commerce)*	**69.303**	108.913	**82.250**	108.913
Impostos sobre vendas	**(317.359)**	(334.846)	**(409.322)**	(423.169)
Receita operacional líquida	**922.223**	1.018.156	**1.179.454**	1.173.423

b) Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita: Informações sobre as obrigações de performance do Grupo estão resumidas abaixo: *Venda nas lojas físicas:* Os clientes obtêm controle das mercadorias quando elas são entregues aos clientes nas dependências das próprias lojas físicas do Grupo, as faturas são emitidas e a receita é reconhecida naquele momento. O pagamento é efetuado no momento da entrega da mercadoria, normalmente, à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de crédito. Os clientes podem trocar produtos danificados. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas e não há devolução de dinheiro. *Vendas no e-commerce:* Nas vendas do e-commerce os clientes obtêm controle das mercadorias quando elas são entregues no destinatário escolhido por eles. O pagamento é efetuado no momento da compra na loja *online*, normalmente, com cartão de crédito ou boleto bancário. As faturas são emitidas quando as mercadorias são despachadas para o cliente. Os clientes podem devolver as mercadorias. A receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida quando as faturas são emitidas é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos.

24. Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Mercadorias vendidas	**(474.591)**	(587.868)	**(582.932)**	(600.513)
Despesas com pessoal	**(189.325)**	(190.558)	**(246.136)**	(247.332)
Despesas com administradora de cartões	**(22.342)**	(22.230)	**(30.190)**	(28.119)
Depreciação e amortização	**(25.497)**	(29.684)	**(28.313)**	(33.089)
Amortização de direito de uso de arrendamento	**(35.807)**	(43.818)	**(41.197)**	(52.846)
Serviços temporários e de terceiros	**(28.586)**	(23.888)	**(31.635)**	(18.917)
Despesas com aluguéis e condomínios	**(91.770)**	(84.246)	**(126.547)**	(121.761)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(19.503)**	(28.247)	**(15.874)**	(34.252)
Total	**(887.421)**	(1.010.539)	**(1.102.824)**	(1.136.829)
Custo das mercadorias vendidas	**(474.591)**	(587.868)	**(582.932)**	(600.513)
Despesas com vendas	**(241.607)**	(254.528)	**(315.217)**	(326.816)
Despesas gerais e administrativas	**(112.876)**	(91.052)	**(139.899)**	(115.179)
Depreciação e amortização	**(61.304)**	(73.502)	**(69.510)**	(85.935)
Outras despesas operacionais	**2.957**	(3.589)	**4.734**	(8.386)
Total	**(887.421)**	(1.010.539)	**(1.102.824)**	(1.136.829)

O Grupo negocia uma série de acordos comerciais e bonificações com seus fornecedores, sendo que esses acordos e bonificações apresentam características individuais para produtos, datas especificadas do ano e por empresa do Grupo. No resultado da controladora o efeito líquido dos acordos comerciais e bonificações com fornecedores gerou em 31 de dezembro de 2024 foi de R$52.272 (R$52.744 em 2023) e no consolidado foi de R$63.787 (R$64.421 em 2023).

25. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Despesas financeiras				
Juros sobre dívida com acionistas	**(884)**	(305)	**(1.773)**	(571)
Juros sobre arrendamentos	**(14.952)**	(13.279)	**(16.272)**	(14.679)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	**(47.211)**	(61.177)	**(47.211)**	(61.178)
Juros sobre operação de *swap*	**–**	(245)	**–**	(245)
Juros sobre operação de mútuo	**(13.736)**	–	**–**	–
Juros sobre parcelamentos de impostos	**(8.818)**	(2.500)	**(11.576)**	(3.238)
Fianças bancárias	**(1.462)**	(870)	**(1.462)**	(870)
Antecipações de recebíveis	**(9.334)**	(19.181)	**(11.548)**	(23.925)
Ajuste a valor presente	**(25.599)**	(34.146)	**(31.115)**	(36.530)
Despesas bancárias	**(754)**	(772)	**(857)**	(866)
Risco Sacado	**(612)**	(1.284)	**(612)**	(1.284)
Outras	**(10.742)**	(6.701)	**(11.855)**	(10.245)
Total de despesas financeiras	**(134.104)**	(140.460)	**(134.281)**	(153.631)
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	**8.481**	9.562	**11.463**	12.819
Rendimento de aplicações financeiras	**7.495**	4.248	**7.688**	4.954
Juros sobre operação de mútuo	**102**	527	**103**	527
Variação cambial sobre empréstimo	**–**	462	**–**	462
Atualizações ativas de crédito tributário	**2.597**	27.127	**3.809**	41.801
Atualizações ativas	**736**	226	**1.121**	321
Total de receitas financeiras	**19.411**	42.152	**24.184**	60.884
Resultado financeiro	**(114.693)**	(98.308)	**(110.097)**	(92.747)

(a) Inclui juros com partes relacionadas - controlador conforme NE 12d.

26. Resultado por ação:

	2024	**2023**
(Prejuízo) do exercício	**(42.092)**	(72.507)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	**36.932**	36.932
Planos de pagamentos baseados em ações	**1.988**	1.988
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o resultado diluído por ação (*)	**38.920**	38.920
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação - R$	**(1,1397)**	(1,9633)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação - R$	**(1,1397)**	(1,9633)

(*) Em função do prejuízo não houve mudança no efeito diluidor. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, decorrente dos planos de pagamentos baseados em ações.

27. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: 27.1. Transações que não afetam o caixa: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Arrendamentos contratados	**20.144**	9.557	**22.458**	10.814
Remensuração dos arrendamentos	**4.534**	855	**7.485**	752

27.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento:

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	**Contas a pagar para ex-quotistas**	**Empréstimos e financiamentos**	**Contas a pagar para ex-quotistas**
Em 31 de dezembro de 2022 (circulante e não circulante)	336.905	12.806	336.905	26.144
Captação	24.188	–	24.188	–
Amortização de principal e juros	(111.139)	(2.984)	(111.139)	(2.984)
Variação nos fluxos de caixa de financiamentos	(86.951)	(2.984)	(86.951)	(2.984)
Juros e variação cambial incorridos	52.062	305	52.062	571
Variação não caixa	52.062	305	52.062	571
Em 31 de dezembro de 2023 (circulante e não circulante)	302.016	10.127	302.016	23.731
Captação	**9.784**	**–**	**9.784**	**–**
Amortização de principal e juros	**(82.982)**	**(787)**	**(82.982)**	**(787)**
Variação nos fluxos de caixa de financiamentos	**(73.198)**	**(787)**	**(73.198)**	**(787)**
Juros e variação cambial incorridos	**40.837**	**885**	**40.837**	**1.773**
Variação não caixa	**40.837**	**885**	**40.837**	**1.773**
Em 31 de dezembro de 2024 (circulante e não circulante)	**269.655**	**10.225**	**269.655**	**24.717**

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

continuação

Ri Happy Brinquedos S.A. CNPJ nº 58.731.662/0001-11

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora									
	31/12/2023	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de instrumentos financeiros	Novas captações	Juros	Variação monetária e cambial	Adoção IFRS 16 e remensurações	Outros (a)	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos - circulante	76.161	**(40.357)**	**(42.625)**	**–**	**9.784**	**40.837**	**–**	**–**	**45.038**	**88.838**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	225.855	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(45.038)**	**180.817**
Contas a pagar com ex-quotistas	10.127	**(787)**	**–**	**–**	**–**	**885**	**–**	**–**	**–**	**10.225**
Passivos de arrendamento - circulante	43.391	**(41.922)**	**–**	**–**	**–**	**14.952**	**–**	**34.483**	**(9.202)**	**41.702**
Passivos de arrendamento - não circulante	78.413	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(9.805)**	**–**	**68.608**
Total	433.947	**(83.066)**	**(42.625)**	**–**	**9.784**	**56.674**	**–**	**24.678**	**(9.202)**	**390.190**

	Controladora									
	31/12/2022	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de instrumentos financeiros	Novas captações	Juros	Variação monetária e cambial	Adoção IFRS 16 e remensurações	Outros (a)	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos - circulante	254.989	(80.188)	(30.951)	–	24.188	52.524	(462)	–	(143.939)	76.161
Empréstimos e financiamentos - não circulante	81.916	–	–	–	–	–	–	–	143.939	225.855
Contas a pagar com ex-quotistas	12.806	(2.984)	–	–	–	305	–	–	–	10.127
Passivos de arrendamento - circulante	59.923	(49.257)	–	–	–	13.279	–	30.258	(10.812)	43.391
Passivos de arrendamento - não circulante	115.721	–	–	–	–	–	–	(37.308)	–	78.413
Total	525.355	(132.429)	(30.951)	–	24.188	66.108	(462)	(7.050)	(10.812)	433.947

(a) Inclui desconto obtido decorrente da redução de passivo de arrendamento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.

	Consolidado									
	31/12/2023	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de instrumentos financeiros	Novas captações	Juros	Variação monetária e cambial	Adoção IFRS 16 e remensurações	Outros (a)	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos - circulante	76.161	**(40.357)**	**(42.625)**	**–**	**9.784**	**40.837**	**–**	**–**	**45.038**	**88.838**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	225.855	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(45.038)**	**180.817**
Contas a pagar com ex-quotistas	23.731	**(787)**	**–**	**–**	**–**	**1.773**	**–**	**–**	**–**	**24.717**
Passivos de arrendamento - circulante	49.977	**(48.193)**	**–**	**–**	**–**	**16.273**	**–**	**38.217**	**(10.579)**	**45.695**
Passivos de arrendamento - não circulante	83.178	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(8.275)**	**–**	**74.903**
Total	458.902	**(89.337)**	**(42.625)**	**–**	**9.784**	**58.883**	**–**	**29.942**	**(10.579)**	**414.970**

	Consolidado									
	31/12/2022	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de instrumentos financeiros	Novas captações	Juros	Variação monetária e cambial	Adoção IFRS 16 eremensurações	Outros (a)	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos - circulante	254.989	(80.188)	(30.951)	–	24.188	52.524	(462)	–	(143.939)	76.161
Empréstimos e financiamentos - não circulante	81.916	–	–	–	–	–	–	–	143.939	225.855
Contas a pagar com ex-quotistas	26.144	(2.984)	–	–	–	571	–	–	–	23.731
Passivos de arrendamento - circulante	71.309	(58.608)	–	–	–	14.679	–	–	(12.865)	49.977
Passivos de arrendamento - não circulante	125.716	–	–	–	–	–	–	(42.538)	–	83.178
Total	560.074	(141.780)	(30.951)	–	24.188	67.774	(462)	(7.076)	(12.865)	458.902

(a) Inclui desconto obtido decorrente da redução de passivo de arrendamento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.

28. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo mantinha suas apólices e as coberturas totais por ramo são as seguintes:

	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Multirrisco patrimonial	**436.698**	**436.698**
Responsabilidades	**15.000**	**15.000**
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	**130.000**	**130.000**

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Guilherme de Biagi Pereira - Diretor Financeiro

Contador

Ciro de Oliveira Brito - CRC 1SP 190128

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas **Ri Happy Brinquedos S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ri Happy Brinquedos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-DF015801/O

Shape the future with confidence

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.** A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quarta-feira, 14 de maio de 2025

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 15.284.980/0001-79

Demonstrações Contábeis em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	12	3	172.267	149.341
Instrumentos derivativos	-	-	10.529	-
Contas a receber (nota 4)	-	-	929.484	1.472.728
Adiantamentos a fornecedores (nota 5)	1	1	61.695	137.545
Estoques (nota 6)	-	-	-	528.079
(-) Produção em andamento	-	-	-	(97.713)
Partes relacionadas	-	-	79	-
Tributos a recuperar (nota 7)	-	1	124.834	53.499
Bloqueios judiciais (nota 8)	-	-	64.887	65.447
Despesas antecipadas	-	-	3.713	7.893
Outros ativos	30	30	24.623	7.103
	43	**35**	**1.392.111**	**2.323.922**
Não circulante				
Contas a receber (nota 4)	-	-	49.097	55.397
IR e CS diferidos	-	-	-	779
Operações com consórcios (nota 9)	-	-	288.525	310.568
Outros ativos	-	-	219	2.405
	-	**-**	**337.841**	**369.149**
Investimentos (nota 10)	148.886	133.624	-	-
Imobilizado (nota 11)	-	-	320.244	347.865
Intangível (nota 12)	-	-	632	999
	148.886	**133.624**	**320.876**	**348.864**
Total do ativo	**148.929**	**133.659**	**2.050.828**	**3.041.935**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante				
Financiamentos (nota 14)	-	-	526.525	293.324
Instrumentos derivativos	-	-	1.013	-
Partes relacionadas (nota 13)	-	-	16.719	8.830
Fornecedores (nota 15)	-	-	182.159	268.459
Adiantamento de clientes (nota 16)	-	-	456.701	898.468
Obrigações sociais e trabalhistas (nota 17)	-	-	108.975	114.891
Tributos a recolher (nota 18)	-	-	59.900	63.477
Provisões (nota 19)	-	-	139.427	277.927
Arrendamentos	-	-	1.236	1.106
Estoque terceiros em nosso poder (nota 6)	-	-	-	355.802
	-	**-**	**1.492.655**	**2.282.284**
Não circulante				
Financiamentos (nota 14)	-	-	-	232.217
Partes relacionadas (nota 13)	-	-	1.320.696	1.120.485
Arrendamentos	-	-	1.840	2.931
Adiantamento de clientes (nota 16)	-	-	16.147	16.147
Tributos a recolher (nota 18)	-	-	9.020	3.843
Provisões (nota 19)	-	-	6.984	10.893
Operações com consórcios (nota 9)	-	-	330.049	308.273
Provisão de passivo a descoberto (nota 10)	1.275.492	1.068.797	-	-
	1.275.492	**1.068.797**	**1.684.736**	**1.694.789**
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	53.681	53.681	53.681	53.681
Reserva de capital	366.435	37.160	366.435	37.160
Prejuízos acumulados	(1.546.679)	(1.025.979)	(1.546.679)	(1.025.979)
Total do patrimônio líquido	**(1.126.563)**	**(935.138)**	**(1.126.563)**	**(935.138)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**148.929**	**133.659**	**2.050.828**	**3.041.935**

Demonstrações do Resultado dos Exercícios e dos Resultados Abrangentes - Em milhares de reais

Operações continuadas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida (nota 21)	-	-	2.804.902	2.477.974
Custo dos serviços prestados (nota 22)	-	-	(2.864.948)	(2.425.151)
(Prejuízo) Lucro bruto	**-**	**-**	**(60.046)**	**52.823**
Gerais e administrativas (nota 23)	-	(25)	(86.831)	(110.403)
Outras (despesas) e receitas operacionais	-	-	(10.563)	(5.015)
Prejuízo operacional	**-**	**(25)**	**(157.440)**	**(62.595)**
Despesas financeiras	(5)	(15)	(413.210)	(119.269)
Receitas financeiras	13	-	52.531	191.356
Resultado financeiro, líquido (nota 24)	**8**	**(15)**	**(360.679)**	**72.088**
Participação no resultado de controladas (nota 10)	(520.708)	8.855	-	-
(Prejuízo) Lucro antes do IR e da CS	**(520.700)**	**8.816**	**(518.119)**	**9.493**
IR e CS corrente (nota 25)	-	-	(1.802)	(75)
IR e CS diferido (nota 25)	-	-	(779)	(602)
(Prejuízo) Lucro líquido do período	**(520.700)**	**8.816**	**(520.700)**	**8.816**
(Prejuízo) Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia por lote de mil ações em R$ (Nota 26)	**(9.699,93)**	**164,23**		
Demonstração dos resultados abrangentes				
(Prejuízo) Lucro do exercício	(520.700)	8.816	(520.700)	8.816
Resultado abrangente do exercício	**(520.700)**	**8.816**	**(520.700)**	**8.816**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01/01/2023	**53.681**	**37.160**	**(1.034.795)**	**(943.954)**
Lucro líquido do exercício	-	-	8.816	8.816
Em 31/12/2023	**53.681**	**37.160**	**(1.025.979)**	**(935.138)**
Prejuízo do exercício	-	-	(520.700)	(520.700)
Aumento de capital	-	329.275	-	329.275
Em 31/12/2024	**53.681**	**366.435**	**(1.546.679)**	**(1.126.563)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos IR e CS	**(520.700)**	**8.816**	**(518.119)**	**9.493**
Depreciação	-	-	18.397	19.641
Amortização	-	-	461	117
Variação cambial sobre mútuo com partes relacionadas	-	-	144.220	(146.456)
Marcação a mercado instrumentos derivativos	-	-	(9.516)	-
Juros s/empréstimos	-	-	56.504	48.128
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	-	-	59.729	(1.304)
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	22.858	(3.640)
Baixa de imobilizado	-	-	14.709	6.028
Provisões	-	-	(142.412)	175.162
Participação nos lucros/prejuízo de controladas	520.708	(8.855)	-	-
	520.708	**(8.855)**	**164.950**	**97.676**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	549.541	(957.212)
Estoques	-	-	74.564	42.460
Adiantamento a fornecedores	-	-	75.850	(42.893)
Tributos a recuperar	-	-	(67.582)	(38.391)
Outros créditos	95	95	(11.182)	4.975
Fornecedores	(99)	(99)	(86.300)	184.734
Adiantamento de clientes	-	-	(441.766)	274.044
Obrigações trabalhistas	-	-	(5.916)	73.845
Tributos a recolher	-	-	(3.175)	52.110
Partes relacionadas	-	-	14.387	-
Créditos a receber - Operações com consórcios	-	-	22.043	(229.966)
Débitos a pagar - Operações com consórcios	-	-	21.776	232.182
Bloqueio judiciais	-	-	592	-
	1	**(4)**	**142.766**	**(404.112)**
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**9**	**(43)**	**(210.403)**	**(296.943)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	-	-	(6.875)	(26.922)
Venda de imobilizado	-	-	1.297	34
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**-**	**-**	**(5.578)**	**(26.888)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	-	-	(7.090)	3.073
Aporte de capital	-	-	329.275	-
Empréstimos bancários	-	-	262.252	537.637
Amortização de principal	-	-	(280.173)	(72.885)
Pagamentos de juros	-	-	(65.357)	(41.219)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**-**	**-**	**238.907**	**426.606**
Fluxo de caixa do exercício	**9**	**(43)**	**22.926**	**102.775**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3**	**46**	**149.341**	**46.566**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12**	**3**	**172.267**	**149.341**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada em 31/12/2024 E 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A TS Participações e Investimentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 19/01/2012, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Tem por principal objeto social a participação em outras empresas como sócia cotista ou acionista. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") atuam na Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas ("offshore") de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil, entre outros, além da construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo entre outros. Em 31/12/2024, a Companhia possuía participação nas seguintes empresas operacionais: (i) TSE S/A.; (ii) Estaleiros do Brasil Ltda. A (i) TSE S/A. foi constituída em 26/04/2012, com sede Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e atua nos seguintes projetos: **Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. Em 31/12/2023 ainda restam discussões junto ao cliente a respeito de TEPs (Termo de Encerramento de Projetos) e custos remanescentes de afastados e pequenas questões administrativas. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e TSE S/A. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado "Consórcio Montador Belo Monte". O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. O cronograma do referido contrato previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores contratualmente previstos ou não podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2021, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **COMPERJ:** Em 9/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado "COMPERJ", a ser executado em Itaboraí/RJ. **PARNAÍBA VI:** Em 12/11/2022, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade *turn-key*, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes/MA. **CCLV - CONSÓRCIO CONSTRUTOR LINHA VERDE:** Em 8/11/2022, as empresas TSE S/A. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Construtor Linha Verde". Em 8/12/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a **SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A**, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **CONSÓRCIO TSE HDT PAULÍNIA:** Em 17/03/2022, as empresas TSE S/A. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio TSE HDT Paulínia". Em 9/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Brasileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. **UPGN - Gaslub:** Em 24/03/2023, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o contrato 5900.0123618.23.2 para prestação de serviços de construção civil, montagem eletromecânica, interligações, comissionamento, pré-operação, partida e a operação assistida do remanescente de obras das unidades de processamento de gás natural do polo Gaslub Itaboraí, com o fornecimento de materiais e equipamentos. **BIOMAIS:** Em 9/08/2022 as empresas TSE, AF Fit Construções e Comércio Ltda., Solufarma do Brasil Engenharia Ltda. e Engeform Engenharia Ltda. assinaram contrato de constituição de consórcio denominado Consórcio Construtor Biomais, com o objetivo de desenvolver proposta comercial nos termos do Edital RDC Presencial nº 01/2021-BM, e viabilizar a contratação de investidor para construção de imóvel, segundo o regime "Built to Suit", destinado à operação do "Novo Centro de Processamento Final - NCPF" da Fundação Nacional Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a ser localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Todas as ações de propostas não se converteram em assinatura de contrato com o cliente ao longo do exercício de 2023 de forma que a TSE já iniciou tratativas de distrato para retirar sua participação do consórcio em 2024. A (ii) Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR") foi constituída em 6/06/2008, com sede social em São José do Norte, Rio Grande do Sul, e atua nos seguintes projetos: **NOV:** Em 27/07/2021, a EBR assinou contrato com a NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Almirante Tamandaré Búzios 6. A entrega dos módulos foi realizada em junho de 2023. Em 18/01/2022, a EBR assinou contrato com a NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Alexandre de Gusmão Mero 4. A entrega dos módulos foi realizada em agosto de 2023. **SBM:** Em 06/10/2021, a EBR assinou contrato com a SINGLE BUOY MOORINGS INC para a fabricação dos módulos topside TS-002 e TS-045, TS-051 e TS-170 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Mero 4. A entrega dos módulos foi realizada em outubro de 2023. **SAIPEM:** Em 27/12/2021, a EBR assinou contrato com a SAIPEM S.A. para a fabricação dos módulos M01, M04, M08, M10, M11, M14 e M15 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO P79. A entrega dos módulos foi realizada em setembro de 2024. **OFS:** Em 20/07/2023, a EBR assinou contrato com a Offshore Frontier PTE Ltd. para prestação de serviços de engenharia. Todo o contrato foi finalizado em dezembro de 2024, entrando agora em uma fase de suporte. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis do Grupo referentes ao exercício findo em 31/12/2024, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09; e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 24/04/2025. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. O Grupo considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da receita e dos custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de arrendamentos:** O Grupo identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro do Grupo é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **g) Tributação: Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente.** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes 15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. As controladas TSE e EBR tributam o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base na apuração do lucro real, enquanto a Controladora tributa com base no lucro presumido. **h) Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços das controladas estão sujeitas à tributação específica de cada nicho de negócio e estão discriminadas detalhadamente nas demonstrações contábeis financeiras individuais. **i) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2024, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **k) Provisões:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Operações em conjunto (Consórcios):** A controlada TSE possui participação em consórcios (Consórcio SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde e Consórcio TSE HDT Paulínia), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **n) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição das participações societárias nas controladas. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidências objetivas de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável, como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício de 2024 não houve a necessidade de ajuste por perda ou redução ao valor recuperável. **o) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC: (i) Normas e interpretações revisadas:** As seguintes revisões e alterações normativas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a ser efetivas para exercícios iniciados a partir de 01/01/2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28). **i) Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras: • O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027. **ii) Outras normas contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa	-	-	152	143
Bancos	-	-	13.419	346
Aplicações financeiras	12	3	158.696	148.852
	12	**3**	**172.267**	**149.341**

Em 2024 e 2023 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras da EBR estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, Banco do Brasil e ABC com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber:

Curto prazo	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Valores faturados		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB	287	287
NESA - Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte	1.540	1.540
PCPL - Deepak	-	42
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	-	4.187
Eneva - Parnaíba VI	-	2.777
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	-	451
Petrobrás - Consórcio TSE HDT	95.351	66.881
Celba 2 - Barcarena	25.738	21.173
Petrobrás - UPGN	9.051	4.170
Saipem P79	382	-
Petrobrás COMPERJ	-	18
NOV Almirante Tamandaré B6	5.801	583
OFS - Raia BMC 33	1.588	10.792
SBM - Support Service	-	1.706
SBM FPSO Mero 4	2.800	15.699
NOV Alexandre de Gusmão M4	3.919	4.746
Outros	1.357	-
Valores a faturar		
Consórcio SPS - TECAB	4.521	4.521
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	-	2.242
Eneva - Parnaíba VI	24.572	122.785
Petrobrás - Consórcio TSE HDT	153.006	214.434
Celba 2 - Barcarena	431.985	106.370
Petrobrás - UPGN	139.006	231.622
OFS Raia BMC 33	25.253	-
SAIPEM P-79	3.327	655.702
	929.484	**1.472.728**
Longo prazo		
Valores faturados		
Cameron Sepetiba	32.955	32.955
NOV Almirante Tamandaré B6	-	6.300
Valores a faturar		
Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte	16.142	16.142
	49.097	**55.397**
Total	**978.581**	**1.528.125**

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. (ii) Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

5. Adiantamentos a fornecedores:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Adiantamento a fornecedores nacionais	43.864	119.624
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	17.831	17.921
	61.695	**137.545**

6. Estoques:

Ativo circulante	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Produção em andamento	-	78.102
Estoque de matéria-prima	-	63.559
Remessa para industrialização em terceiros	-	12.485
Produto semiacabado	-	18.131
Estoque de terceiros em nosso poder	-	355.802
Alocação de estoque para o resultado (nota 2.1 b)	-	(97.713)
	-	**430.366**
Passivo circulante	**2024**	**2023**
Estoque de terceiros em nosso poder	-	355.802
	-	**355.802**

7. Tributos a recuperar:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
PIS e COFINS	7.481	11.414
IRPJ e CSLL	37.781	15.321
Imposto sobre Serviços (ISS)	3.613	3.049
ICMS	74.284	19.007
INSS a recuperar	-	3.834
REINTEGRA	1.296	-
Outros impostos	379	874
	124.834	**53.499**

8. Bloqueios judiciais: Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ: O IDPJ foi proposto pela União Federal em face da EBR, e de sua coligada TSE, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás Ltda. ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2024 o valor de R$64.887. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Em 04/11/2024 foi protocolada petição para que pudesse ser realizada a devolução dos valores constritos. Em 12/11/2024 foi proferida a decisão que determinou a liberação dos valores e bens constritos em razão do IDPJ. Em 18/11/2024 a União Federal opôs Embargos de Declaração contra a decisão que determinou a liberação dos valores. Em 21/11/2024, foi proferida a decisão que rejeitou os Embargos de Declaração da União Federal. O valor em discussão, Execução Fiscal nº 5002621-69.2022.4.03.6182 - União Federal (Fazenda Nacional) vs. SOG - ÓLEO E GÁS LTDA., atualizado até 31/12/2024, é de R$320.090 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

9. Operações com consórcios:

Créditos a receber	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Consórcio SPS	39.456	44.720
Consórcio Montador Belo Monte	(2.513)	(2.690)
Consórcio Linha Verde	103.886	92.272
Consórcio BIOMAIS	775	775
Consórcio HDT	146.921	175.491
	288.525	**310.568**
Débitos a pagar		
Consórcio SPS	(39.072)	(38.926)
Consórcio Montador Belo Monte	1.382	1.665
Consórcio Linha Verde	(56.577)	(49.792)
Consórcio BIOMAIS	(776)	(774)
Consórcio HDT	(146.861)	(178.808)
Consórcio HDT X Toyo-J	(88.145)	(41.638)
	(330.049)	**(308.273)**

Resultado das operações	2024	2023
Receita operacional líquida	852.921	468.853
Custo dos serviços prestados e revenda	(794.080)	(494.660)
Lucro (prejuízo) bruto	**58.851**	**(25.807)**
Despesas financeiras	(29.094)	(1.055)
Receitas financeiras	5.706	2.848
Outros	140	(24.014)
Lucro (prejuízo) operacional	**35.593**	**(24.014)**

10. Investimentos em controladas e provisão de passivo a descoberto: A composição da participação dos investimentos nas controladas está demonstrada a seguir:

	% de participação
TSE S/A.	99,99
Estaleiros do Brasil Ltda.	99,99

A movimentação dos investimentos e provisão do passivo a descoberto está assim demonstrada:

Investimentos em subsidiárias - TSE S/A	Controladora 2024	Controladora 2023
No início do exercício	**133.624**	**132.208**
Aporte de capital	329.275	-
Prejuízo de equivalência patrimonial	(314.013)	1.416
No final do exercício	**148.886**	**133.624**
Provisão de passivo a descoberto - Estaleiros do Brasil Ltda.	**2024**	**2023**
No início do exercício	**(1.068.797)**	**(1.076.236)**
Prejuízo de equivalência patrimonial	(206.695)	7.439
No final do exercício	**(1.275.492)**	**(1.068.797)**

11. Imobilizado:

Custo	2023	Adições	Baixas	2024
Veículos	6.523	213	(344)	6.392
Máquinas e equipamentos	82.521	3.080	(7.418)	78.183
Móveis e utensílios	5.504	255	(619)	5.140
Equipamentos de informática	20.537	2.689	(2.012)	21.214
Outras instalações de campo	13.454	70	(181)	13.343
Terrenos	54.823	-	-	54.823
Prédios - Estaleiro	236.106	-	-	236.106
Cais - Estaleiro	142.186	-	-	142.186
Benfeitorias em prédios de terceiros	1.600	-	-	1.600
Imobilizado em andamento	31.469	476	(9.414)	22.531
Ativo de direito de uso	4.037	-	(962)	3.075
Total do custo	**598.760**	**6.783**	**(20.950)**	**584.593**
Depreciação	**2023**	**Depreciação**	**Baixas**	**2024**
Veículos	(3.962)	(855)	109	(4.708)
Máquinas e equipamentos	(38.742)	(5.345)	3.464	(40.623)
Móveis e utensílios	(2.906)	(469)	144	(3.231)
Equipamentos de informática	(11.269)	(2.631)	1.063	(12.837)
Outras instalações de campo	(6.988)	(2.544)	163	(9.369)
Prédios - Estaleiro	(47.775)	(6.213)	-	(53.988)
Benfeitorias em prédios de terceiros	(445)	(355)	-	(800)
Cais - Estaleiro	(138.808)	15	-	(138.793)
Ativo de direito de uso	-	-	-	-
Total da depreciação	**(250.895)**	**(18.397)**	**4.943**	**(264.349)**
Saldo líquido	**347.865**		**(16.007)**	**320.244**

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo; e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2024 e 2023, a controlada EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (impairment) para seus ativos concluindo pela manutenção dos valores de registro.

12. Intangível:

Custo	Consolidado 2023	Adições	2024
Software e licença de uso	9.325	94	9.420
	9.325	**94**	**9.420**
Amortização	**2023**	**Amortização**	**2024**
Software e licença de uso	(8.327)	(461)	(8.788)
Saldo líquido	**999**		**632**

13. Partes relacionadas:

Ativo - Circulante		Consolidado 2024	Consolidado 2023
Toyo Engineering Corporation		76	-
Toyo Engineering e Construction SDN BHD		3	-
		79	**-**
Passivo - Circulante		**2024**	**2023**
Toyo Engineering Corporation	(i)	16.719	8.763
Setal Óleo e Gás S.A. - SOG		-	67
		16.719	**8.830**
Não circulante			
Toyo Engineering Japan	(ii)	1.320.696	1.120.485
		1.320.696	**1.120.485**

(i) Serviços e outras transações. (ii) Operações de mútuo.

Receitas	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Toyo Engineering Corporation	72	9.972
Toyo Engineering e Construction SDN BHD	3	-
	75	**9.972**

Outras receitas (despesas)	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Despesas de juros - Operações de mútuos	(56.504)	1.306
Variação cambial - Operações de mútuos	(143.707)	146.456
Variação cambial - Invoices	(513)	(32)
Outras despesas	(8.507)	(6.657)
	(209.231)	**141.073**

14. Financiamentos:

Banco	Modalidade	Prazo	2024	2023
Banco do Brasil S.A.	ACC	30/11/2023	-	25.155
Banco do Brasil S.A.	CCB	31/07/2024	-	4.283
Banco do Brasil S.A.	CCB	31/07/2024	-	20.039
Banco do Brasil S.A.	CCB	31/07/2024	-	30.025
Banco DAYCOVAL	CCB	31/08/2024	-	22.898
Banco DAYCOVAL	CCB	31/10/2024	-	10.774
Banco DAYCOVAL	CCB	31/10/2024	-	10.854
Deutsche Bank	CCB	30/11/2024	-	20.424
Banco Industrial do Brasil	CCB	02/01/2025	2.369	30.765
Banco do Brasil S.A.	4131	05/08/2025	48.135	75.121
Deutsche Bank	CCB	07/02/2025	44.960	-
SMBC	4131	09/04/2025	17.625	-
Banco do Brasil	ACC	07/04/2025	12.829	-
SMBC	4131	15/12/2025	29.398	-
SMBC	4131	08/08/2025	17.867	-
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	60.031	75.060
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	60.031	75.059
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	12.807	-
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	49.566	-
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	41.688	60.050
Deutsche Bank	CCB	03/10/2025	41.311	41.360
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	18.191	-
BNP	4131	13/11/2025	21.022	-
BNP	4131	28/11/2025	31.414	-
C6 Bank	Antecipação de recebíveis		7.223	13.763
Stowaway			10.058	9.911
Total			**526.525**	**525.541**
Circulante			526.525	293.324
Não circulante			-	232.217
			526.525	**525.541**

15. Fornecedores:

Circulante	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Nacionais	174.839	267.269
Estrangeiros	7.320	1.190
	182.159	**268.459**

16. Adiantamento de clientes:

Circulante	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Projetos - TSE	456.694	259.020
Consórcio HDT	-	18.992
Consórcio Construtor Linha Verde	-	230
SAIPEM S A	-	620.220
Outros	7	6
	456.701	**898.468**
Não circulante	**2024**	**2023**
Consórcio Montador Belo Monte	16.147	16.147
	16.147	**16.147**
	472.848	**914.615**

17. Obrigações sociais e trabalhistas:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Salários e pró-labore a pagar	13.385	24.217
FGTS	2.908	5.059
INSS	9.998	18.121
Provisão de férias e encargos sociais	42.349	56.538
Desmobilizações a pagar (i)	31.473	-
Retenções empregados	8.503	7.636
Outros	359	3.320
	108.975	**114.891**

(i) Considerando a natureza de propósito específico da Companhia, a Administração constitui provisão para desligamento de todo seu efetivo de mão de obra direta em vista da certeza inequívoca de total desmobilização das divisões quando do encerramento dos projetos. Tal provisão é calculada sempre com base no quadro atualizado de funcionários e representa o valor presente para quitação de verbas indenizatórias.

18. Tributos a recolher:

Circulante	Consolidado 2024	Consolidado 2023
PIS e COFINS	19.746	27.528
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	392	2.454
Retenções na Fonte	3.082	5.806
Imposto s/Operações Financeiras (IOF)	173	323
Imposto sobre Serviços (ISS)	29.077	25.229
IRPJ e CSLL	1.802	75
PROV ICMS transf. de crédito DECR.42543/2010	3.632	617
Parcelamento de impostos diversos	1.996	1.445
	59.900	**63.477**
Não circulante	**2024**	**2023**
Parcelamento de impostos	9.020	3.843
	9.020	**3.843**

19. Provisões: A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na avaliação da Administração e na opinião dos consultores legais da empresa, tanto para os casos em que a perda é considerada provável, quanto para aqueles em que é considerada possível, conforme demonstramos a seguir:

Circulante	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Provisão de custos incorridos	101.375	130.139
Provisão para desmobilização	1.812	96.051
Ajuste Margem POC	-	32.882
Provisão de perda	36.240	18.855
	139.427	**277.927**
Não circulante	**2024**	**2023**
Provisão para contingências tributárias	1.757	3.057
Provisão para contingências trabalhistas	5.226	7.836
	6.984	**10.893**
	146.411	**288.820**

20. Patrimônio líquido: Em 25/04/2024, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Companhia, que passou da posição de 2023 de R$53.680.814,00 (representado por 53.680.814 ações ordinárias, todas nominativas) para R$53.680.815,00, mediante a emissão de 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 (um real) cada. O valor de R$149.999.999,00 correspondente à diferença entre o preço de emissão agregado das ações ora emitidas e o valor do aumento de capital social está registrado na conta de Reserva de Capital. Em 19/06/2024, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Companhia, que passou da posição de R$53.680.815,00 (representado por 53.680.815 ações ordinárias, todas nominativas) para R$53.680.816,00, mediante a emissão de 179.275.585 (cento e setenta e nove milhões, duzentas e setenta e cinco mil, quinhentas e oitenta e cinco) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 (um real) cada. O valor de R$179.275.585,00 correspondente à diferença entre o preço de emissão agregado das ações ora emitidas e o valor do aumento de capital social está registrado na conta de Reserva de Capital. Com estas alterações, a composição societária da Companhia passa a figurar conforme quadro abaixo:

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital - Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital - Total reserva de capital
Aporte SOG	26.840.407,00			
Aporte Toyo Engineering	26.840.407,00	-	37.159.593,00	37.159.593,00
Saldo em 2023	**53.680.814,00**	**-**	**37.159.593,00**	**37.159.593,00**
Aporte Toyo Engineering	1,00	149.999.999,00	-	149.999.999,00
Aporte Toyo Engineering	1,00	179.275.584,00	-	179.275.584,00
Saldo em 2024	**53.680.816,00**	**329.275.583,00**	**37.159.593,00**	**366.435.176,00**
SOG	7%			
Toyo Engineering	93%			

21. Receita líquida:

Receita bruta	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prestação de serviços no mercado nacional	1.934.563	1.433.860
Exportação de serviços	69.491	84.878
Revenda de mercadorias no mercado nacional	255.974	188.441
Venda de produção própria no mercado internacional	710.431	698.769
Venda de produção própria no mercado nacional	-	147.943
Receita de industrialização por encomenda	-	26.211
	2.970.459	**2.580.101**
Deduções de receita		
Impostos		
ISS	(70.523)	(50.254)
ICMS	(27.262)	(7.870)
PIS e COFINS	(67.772)	(42.184)
CPRB	-	(1.819)
Devoluções de vendas	**(165.557)**	**(102.127)**
Receita líquida	**2.804.902**	**2.477.974**

22. Custos:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custos com material de consumo	(790.071)	(518.024)
CMV	(355.768)	(517.063)
Custos com pessoal, encargos e benefícios	(1.027.264)	(889.805)
Custos com serviços de terceiros	(504.444)	(394.110)
Custos com aluguéis	(102.843)	(70.730)
Depreciação e amortização	(3.494)	(3.054)
Provisão de perda - Projetos	(36.240)	-
Outros custos	(44.824)	(32.365)
	(2.864.948)	**(2.425.151)**

23. Despesas gerais e administrativas:

	2024	2023 (Reapresentado)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	(42.988)	(50.621)
Despesas com serviços de terceiros	(20.042)	(17.931)
Despesas com aluguéis e utilidades	(533)	(475)
Despesas com viagem e locomoção	(3.204)	(3.290)
Despesas com seguros e garantias	(12)	(1.924)
Despesas de depreciação e amortização	(15.457)	(16.732)
Outras despesas comerciais e administrativas	(1.610)	(6.306)
Despesas com operação do estaleiro	(2.985)	(13.124)
	(86.831)	**(110.403)**

24. Resultado financeiro, líquido:

Receitas financeiras	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Descontos obtidos	-	-	799	77
Rendas pré-fixadas s/aplicações	-	-	4.423	2.743
Atualização monetária de impostos a recuperar	13	-	1.003	-
Receitas financeiras - Consórcio HDT	-	-	3.875	2.813
PIS e COFINS s/receitas financeiras	-	-	(2.245)	(1.715)
Instrumentos derivativos - Hedge	-	-	13.840	-
Outros resultados financeiros	-	-	293	205
	13	**-**	**21.988**	**4.123**
Variação cambial ativa	-	-	30.543	187.233
	13	**-**	**52.531**	**191.356**
Despesas financeiras	**Controladora 2024**	**Controladora 2023**	**Consolidado 2024**	**Consolidado 2023**
Juros s/empréstimos com partes relacionadas	-	-	(56.504)	1.306
Juros s/empréstimos bancários	-	-	(67.799)	(46.442)
Multa por liquidação antecipada de empréstimos	-	-	(1.992)	-
Multa s/atraso pagamento	-	(14)	(11.419)	(9.183)
Instrumentos derivativos - Hedge	-	-	(1.075)	(889)
Juros com antecipação de recebíveis	-	-	(1.890)	(1.333)
Despesas bancárias	(5)	(1)	(7.900)	(18.312)
Comissões e fianças bancárias	-	-	(5.193)	(5.333)
Recuperação em operações com consorciadas	-	-	12.277	-
Outros	-	-	(2.932)	(1.274)
	(5)	**(15)**	**(144.427)**	**(81.460)**
Variação cambial passiva	-	-	(268.783)	(37.809)
	(5)	**(15)**	**(413.210)**	**(119.269)**
Resultado financeiro líquido	**8**	**(15)**	**(360.679)**	**72.087**

25. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: Nos exercícios de 2024 e 2023 a Controladora TSPI optou pela apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo método do Lucro Presumido não auferindo nos referidos exercícios resultado tributável para o reconhecimento de impostos a pagar. **26. Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora 2024	Controladora 2023
Prejuízo atribuível aos acionistas	(520.700)	8.816
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	53.680.814	53.680.814
Prejuízo básico por lote de mil ações em R$	**(9.699,93)**	**164,23**

27. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2024, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montam R$6.897 (R$6.580 - 2023) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **28. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pelo Grupo restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota 2. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2024 e 2023 são caixa, bancos e aplicações financeiras. Risco de crédito: O Grupo somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, o Grupo possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Operações com instrumentos derivativos: As operações com instrumentos derivativos contratadas pela subsidiária TSE em 2024 são exclusivas de NDFs *Non Deliverable Forward* - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento em moeda estrangeira. Em 31/12/2024 a TSPI e suas controladas não possuem qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **29. Seguros (Não auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2024, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Responsabilidade Civil Ambiental	Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise	R$300
Responsabilidade Civil Profissional (TSE)	Bloqueio e indisponibilidade de bens/danos morais e outros	R$200
Responsabilidade Civil Geral	Resp. Civil - Obras Civis e/ou Serviços de Montagem e Instalação de Máquinas e/ou Equipamentos	R$18.300
Seguro de Frota / Automóvel	Casco, RC Veículos Danos Materiais, morais e corporais	R$2.030
Automóveis	Indenização integral	100% FIPE
	Perda parcial	100% FIPE
	Danos materiais a terceiros	1.000
	Danos corporais a terceiros	1.000
	Danos morais	30

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

...continuação

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Responsabilidade Civil Geral	Operações, guarda veículos, empregador, poluição súbita e acidental, RCFV 2º risco	25.000
Riscos operacionais	Riscos gerais operacionais	340.000
	Perda Total, assistência e salvamento - Tuco Tuco	173
Casco marítimo	Perda Total, assistência e salvamento - Aquabus	1.500
Risco de petróleo	Responsabilidade Civil	USD 2.000

30. Eventos subsequentes: Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.

A Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha - Contador - CRC/RJ 092631/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **TS Participações e Investimentos S/A**. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **TS Participações e Investimentos S/A**. identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TS Participações e Investimentos S/A**. em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Ênfase: Consórcios:** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.a, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil. Conforme parágrafo primeiro do artigo 178 da Lei 6.404/76, os consórcios não têm personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições prevista do respectivo contrato. Desta forma, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos consórcios não estão sendo apresentadas e seus resultados são transferidos para conta correntes das consorciadas na proporção e o imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social são reconhecidos diretamente nas consorciadas. **Adiantamento de clientes (CMBM):** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$40.355. Desse montante total, os R$14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$40.355, está registrado no passivo como "adiantamento de clientes" e no ativo como "outras contas a receber". O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Continuidade operacional (CMBM):** Conforme nota explicativa n° 1, foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2024, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo, conforme descritas na nota explicativa n° 12. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (going concern assumption) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Continuidade operacional (EBR):** Conforme descrito na nota explicativa nº 1.2 das demonstrações contábeis, o Estaleiros do Brasil Ltda. concluiu durante o exercício de 2024 todos os projetos contratados, constando para 2025 apenas os trabalhos finais, não havendo para os anos seguintes contratos em carteira com previsibilidade de receitas futuras. Diante desse cenário, a administração estuda novas estratégias de negócios, incluindo possibilidade de novas parcerias e a diversificação de suas operações, com o objetivo de perpetuar sua atuação no mercado. Apesar da conclusão dos contratos descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (*going concern assumption*) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa e suas controladas não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29/04/2025.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS - CRC 2SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini - Sócio Contador - CRC 1SP 079.347/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

TSE S.A.

CNPJ Nº 15.563.826/0001-36

Demonstrações Contábeis em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais - Em milhares de reais

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	138.383	142.666
Instrumentos derivativos (Nota 4)	10.529	-
Contas a receber (Nota 5)	885.102	783.482
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	34.017	97.408
Partes relacionadas (Nota 7)	314.054	285.207
Tributos a recuperar (Nota 8)	106.099	33.489
Despesas antecipadas	3.151	7.004
Bloqueios judiciais (Nota 9)	50.502	50.003
Outros ativos	19.930	3.395
	1.561.767	**1.402.653**
Não circulante		
Operações com consórcios (Nota 10)	288.525	310.568
Impostos diferidos	-	779
Contas a receber (Nota 4)	16.142	16.142
Outros ativos	219	285
	304.886	**327.774**
Investimentos		
Imobilizado (Nota 11)	20.733	19.979
Intangível (Nota 12)	631	994
	21.364	**20.973**
Total do ativo	**1.888.017**	**1.751.401**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Financiamentos (Nota 13)	516.467	283.413
Fornecedores (Nota 14)	170.734	202.624
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15)	103.768	75.498
Tributos a recolher (Nota 16)	52.440	56.563
Adiantamento de clientes (Nota 17)	456.694	278.240
Partes relacionadas (Nota 7)	7.263	3.007
Arrendamentos (Nota 18)	1.236	1.106
Instrumentos derivativos (Nota 4)	1.013	-
Outras provisões (Nota 19)	75.341	151.595
	1.384.956	**1.052.046**
Não circulante		
Financiamentos (Nota 13)	-	232.217
Adiantamento de clientes (Nota 17)	16.147	16.147
Tributos a recolher (Nota 16)	4.756	3.331
Arrendamentos (Nota 18)	1.840	2.931
Operações com consórcios (Nota 10)	330.049	308.273
Outras provisões (Nota 19)	1.383	2.831
	354.175	**565.730**
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 20)	38.905	38.905
Reserva de capital	329.275	-
Reserva de lucros	-	94.720
Prejuízos acumulados	(219.294)	-
Total do patrimônio líquido	**148.886**	**133.625**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.888.017**	**1.751.401**

Demonstrações dos resultados dos exercícios e dos resultados abrangentes - Em milhares de reais

	31/12/2024	31/12/2023
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 21)	2.031.192	1.542.611
Custos dos serviços prestados (Nota 22)	(2.243.462)	(1.472.974)
(Prejuízo) lucro bruto	**(212.270)**	**69.637**
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(61.851)	(44.817)
(Prejuízo) lucro operacional	**(274.121)**	**24.820**
Despesas financeiras (Nota 24)	(106.262)	(63.520)
Receitas financeiras (Nota 24)	66.776	40.890
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	**(39.486)**	**(22.630)**
Outras receitas (despesas) operacionais	372	(97)
(Prejuízo) lucro antes do IR e da CS	**(313.235)**	**2.093**
IR e CS corrente (Nota 25)	-	(75)
IR e CS diferido (Nota 25)	(779)	(602)
(Prejuízo) lucro líquido do período	**(314.014)**	**1.416**
Prejuízo básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia por lote de mil ações em R$	**R$8,07**	-
Demonstração dos resultados abrangentes		
(Prejuízo) lucro do exercício	(314.014)	1.416
Resultado abrangente do exercício	**(314.014)**	**1.416**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Resultado do exercício	Reserva de lucro	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01/01/2023	**38.905**	**-**	**-**	**93.304**	**-**	**132.209**
Lucro do exercício	-	-	1.416	-	-	1.416
Constituição de reserva	-	-	(1.416)	1.416	-	-
Em 31/12/2023	**38.905**	**-**	**-**	**94.720**	**-**	**133.625**
Prejuízo do exercício	-	-	(314.014)	-	-	(314.014)
Aporte de capital	-	329.275	-	-	-	329.275
Compensação de reserva de lucros	-	-	314.014	(94.720)	(219.294)	-
Em 31/12/2024	**38.905**	**329.275**	**-**	**-**	**(219.294)**	**148.886**

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício - Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) Lucro do exercício antes do IR e CS	**(313.235)**	**2.093**
Depreciação	3.533	3.165
Amortização	457	113
Juros s/mútuos com partes relacionadas	59.582	(33.513)
Juros s/empréstimos bancários	(38.978)	48.345
Variação cambial sobre empréstimos	22.858	(3.640)
Marcação a mercado instrumentos derivativos	(9.516)	-
Provisões para demandas judiciais	(77.701)	117.602
	(39.765)	**132.072**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(101.620)	(675.852)
Adiantamentos a fornecedores	63.391	(66.783)
Estoque	-	12.453
Tributos a recuperar	(72.610)	(26.212)
Outros créditos	(12.682)	1.553
Bloqueio judicial	(499)	-
Fornecedores	(31.890)	165.808
Adiantamentos a clientes	178.454	117.567
Obrigações trabalhistas	28.270	57.471
Tributos e contribuições	(1.919)	47.193
Partes relacionadas	14.387	(59.362)
Créditos a receber - Operações com consórcios	22.043	(229.966)
Débitos a pagar - Operações com consórcios	21.776	232.182
	107.101	**(423.498)**
Caixa aplicado nas operações	**(245.899)**	**(289.783)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	(5.678)	(8.845)
Venda de imobilizado	1.297	34
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.381)**	**(8.811)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital	329.275	-
Empréstimos e financiamentos	262.252	537.960
Amortização de principal	(280.173)	(72.885)
Pagamentos de juros	(65.357)	(41.220)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**245.997**	**423.855**
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.283)	125.261
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**142.666**	**17.405**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**138.383**	**142.666**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2024 e 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A TSE S.A. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objeto social as seguintes e principais atividades: **a)** Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; **b)** Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás; **c)** Prestação de serviços na área de Energia Nuclear, Termelétrica, Eólica, Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Subestações de Energia e Indústria da Construção Civil, execução de obras de construção civil, hidráulica, elétrica e de outras semelhantes, instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, montagem eletromecânica e outros serviços relacionados à indústria da construção civil; e **d)** Gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e diligenciamento da execução de obras de engenharia. A TSE é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A. (TSPI), associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Brasil) e a Toyo Engineering Corporation (Japão). **1.1 Projetos: Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. Em 31/12/2024 ainda restam discussões junto ao cliente a respeito de TEPs (Termo de Encerramento de Projetos) e custos remanescentes de afastados e pequenas questões administrativas. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e TSE S.A. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado "Consórcio Montador Belo Monte". O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em dezembro de 2016, a data de finalização foi postergada para abril de 2020. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. O cronograma do referido contrato previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores contratualmente previstos ou não podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2024, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **COMPERJ:** Em 09/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado "COMPERJ", a ser executado em Itaboraí/RJ. **PARNAÍBA VI:** Em 12/11/2021, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade *turn-key*, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes/MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 8/11/2021, as empresas TSE S.A. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Construtor Linha Verde". Em 8/12/2021, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a **SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A,** para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **BARCARENA:** Em 22/09/2022, com efeitos retroativos a 12/04/2022, as empresas TSE S.A. e Mitsubishi Power Americas, Inc., assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio vertical. Em 22/07/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados e escopos de execução distintos e individuais, com a Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A. para desenvolvimento de uma usina de ciclo combinado compostas por geradores, associados de sistema de plantas incluindo captação de água e descarga de efluentes, gasodutos, equipamentos auxiliares e de controle, bem como subestação de alta tensão, sistemas auxiliares e sistemas de proteção e controle e todos os seus acessórios relacionados. **CONSÓRCIO TSE HDT PAULÍNIA:** Em 17/03/2022, as empresas TSE S.A. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio TSE HDT Paulínia". Em 9/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Brasileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. **UPGN - Gaslub:** Em 24/03/2023, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o contrato 5900.0123618.23.2 para prestação de serviços de construção civil, montagem eletromecânica, interligações, comissionamento, pré-operação, partida e a operação assistida do remanescente de obras das unidades de processamento de gás natural do polo Gaslub Itaboraí, com o fornecimento de materiais e equipamentos. **BIOMAIS:** Em 9/08/2022 as empresas TSE, AF Fit Construções e Comércio Ltda., Solufarma do Brasil Engenharia Ltda. e Engeform Engenharia Ltda. assinaram contrato de constituição de consórcio denominado Consórcio Construtor Biomais, com o objetivo de desenvolver proposta comercial nos termos do Edital RDC Presencial nº 01/2021-BM, e viabilizar a contratação de investidor para construção de imóvel, segundo o regime "Built to Suit", destinado à operação do "Novo Centro de Processamento Final - NCPF" da Fundação Nacional Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a ser localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Todas as ações de propostas não se converteram em assinatura de contrato com o cliente ao longo do exercício de 2023 de forma que a TSE já iniciou tratativas de distrato para retirar sua participação do consórcio em 2025.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis da TSE referentes ao exercício findo em 31/12/2024, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09; e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 24/04/2025. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da TSE é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A TSE considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da receita e dos custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de arrendamentos:** A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a TSE se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da TSE é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Tributação: Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - Corrente.** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes 15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **g) Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Financ. da Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	De acordo com cada município

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **h) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2024, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **i) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Provisões:** A TSE é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l) Operações em conjunto (Consórcios):** A TSE possui participação em consórcios (Tecab-SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde, Consórcio TSE HDT Paulínia e Consórcio Construtor BIOMAIS), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **m) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC: i) Normas e interpretações revisadas:** As seguintes revisões e alterações normativas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a ser efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2024: • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8); • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture - alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28). **ii) Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras: • O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. **iii) Outras normas contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Caixa	94	94
Bancos	200	194
Aplicações financeiras	138.089	142.378
	138.383	**142.666**
	2024	**2023**
TSE S.A.	1.291	79.717
Consórcio SPS	17	-
Consórcio Montador Belo Monte	-	1
Consórcio Construtor Linha Verde	1	297
Consórcio TSE HDT Paulínia	137.056	62.609
Consórcio Biomais	18	42
	138.383	**142.666**

Em 2024 e 2023 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **4. Instrumentos derivativos:** As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2024 são exclusivas de NDFs *Non Deliverable Forward* - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento. Em 31/12/2024 a TSE não possui qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **5. Contas a receber:**

Circulante	2024	2023
Valores faturados		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i)	287	287
NESA - Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte	1.540	1.540
PCPL Deepak	-	42
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	-	4.187
Eneva - Parnaíba VI	-	2.777
Consórcio Construtor BRT Cuiabá	45	-
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	-	451
Petrobrás - Consórcio TSE HDT	95.351	66.881
Celba 2 - Barcarena	25.738	21.173
Petrobrás - UPGN	9.051	4.170
	132.012	**101.508**
Valores a faturar		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i)	4.521	4.521
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	-	2.242
Eneva - Parnaíba VI	24.572	122.785
Petrobrás - Consórcio TSE HDT	153.006	214.434
Barcarena	431.985	106.370
UPGN	139.006	231.622
	753.090	**681.941**
	885.102	**783.482**
Não circulante		
Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte (ii)	16.142	16.142
	16.142	**16.142**
	901.244	**799.624**

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. (ii) Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

6. Adiantamentos a fornecedores:

	2024	2023
TSE S.A.	29.147	59.828
Consórcio SPS	27	27
Consórcio Construtor Linha Verde	235	1.066
Consórcio TSE HDT Paulínia	4.506	36.487
Consórcio CMBM	102	-
	34.017	**97.408**

7. Partes relacionadas:

Ativo	2024	2023
Circulante		
Toyo Engineering Corporation	76	-
Estaleiros do Brasil Ltda.	313.978	285.207
	314.054	**285.207**
Passivo		
Circulante		
SOG Óleo e Gás S.A.	-	67
Toyo Engineering Corporation	7.263	2.940
	7.263	**3.007**

A TSE possui instrumentos de crédito e outras transações com a coligada Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR"), que compreendem: **a)** Contrato de mútuo celebrado com a TSE em março de 2014 para atender diversas operações ligadas ao objeto social do EBR. O saldo em 31/12/2024 montou a R$251.927 (2023 - R$235.479). **b)** Despesas operacionais compartilhadas entre a EBR e a TSE. Em saldo em 31/12/2024 era de R$56.421 (2023 - R$49.728). **c)** A TSE possui ainda outras transações comerciais com a coligada EBR cujo saldo recebível monta em 31/12/2024 o valor de R$5.630.

Receitas de serviços	2024	2023
Toyo Engineering Corporation	72	9.972
Outras (despesas) / Receitas		
Outras despesas - Toyo Engineering Corporation	(5.604)	(2.855)
Ajuste de juros mútuo TSE e EBR	38.978	33.513
Despesas operacionais compartilhadas EBR - Adm	3.421	24.875
Custos compartilhados EBR - Projetos	9.178	7.987
	45.973	**63.520**

8. Tributos a recuperar:

	2024	2023
PIS e COFINS	5.802	6.239
IR e CSLL	37.566	14.558
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	59.118	7.537
Imposto sobre Serviços (ISS)	3.613	1.326
INSS a recuperar	-	3.800
Outros impostos	-	29
	106.099	**33.489**

9. Bloqueios judiciais e contingências: Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ: O IDPJ foi proposto pela União Federal em face da TSE, e de sua coligada EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2024 o valor de R$50.502. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Em 04/11/2024 foi protocolada petição para que pudesse ser realizada a devolução dos valores constritos. Em 12/11/2024 foi proferida a decisão que determinou a liberação dos valores e bens constritos em razão do IDPJ. Em 18/11/2024 a União Federal opôs Embargos de Declaração contra a decisão que determinou a liberação dos valores. Em 21/11/2024, foi proferida a decisão que rejeitou os Embargos de Declaração da União Federal. O valor em discussão, Execução Fiscal nº 5002621-69.2022.4.03.6182 - União Federal (Fazenda Nacional) vs. SOG - ÓLEO E GÁS LTDA., atualizado até 31/12/2024, é de R$320.090 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

10. Operações com consórcios:

Créditos a receber	2024	2023
Consórcio SPS	39.456	44.720
Consórcio Montador Belo Monte	(2.513)	(2.690)
Consórcio Linha Verde	103.886	92.272
Consórcio BIOMAIS	775	775
Consórcio HDT	146.921	175.491
	288.525	**310.568**
Débitos a pagar		
Consórcio SPS	(39.072)	(38.926)
Consórcio Montador Belo Monte	1.382	1.665
Consórcio Linha Verde	(56.577)	(49.792)
Consórcio BIOMAIS	(776)	(774)
Consórcio HDT	(146.861)	(178.808)
Consórcio HDT x Toyo Engineering Corp	(88.145)	(41.638)
	(330.049)	**(308.273)**
Resultado das operações		
Receita operacional líquida	852.921	468.853
Custo dos serviços prestados e revenda	(794.080)	(494.660)
Lucro (prejuízo) bruto	**58.841**	**(25.807)**
Despesas financeiras	(29.094)	(1.055)
Receitas financeiras	5.706	2.848
Outros	140	-
Lucro (prejuízo) operacional	**35.593**	**(24.014)**

Ao longo dos exercícios de 2022, 2023 e 2024 o Consórcio Linha Verde apresentou dificuldades de performance que resultaram em problemas de fluxo de caixa e necessidades de suporte para fazer frente aos seus compromissos operacionais. Tais demandas foram supridas em uma maior porção pela consorciada TSE (em face a outra consorciada Engevix) gerando um desbalanceamento de crédito na participação originalmente acordada entre partes (Nota 1.1). Em 3/08/2023 foi assinado um instrumento particular, aditivo ao contrato de formação de consórcio, que regimenta as formas de regularização e compensação do referido desequilíbrio de R$47.252 (R$42.735 em 2023) pela parte inadimplente com base em recebíveis futuros acordados entre as consorciadas.

11. Imobilizado:

Custo	2023	Adições	Baixas	2024
Veículos	1.534	213	(281)	1.466
Máquinas e equipamentos	7.690	2.531	(42)	10.179
Móveis e utensílios	1.444	236	(35)	1.645
Equipamentos de informática	11.673	2.602	-	14.275
Outras instalações de campo	2.167	2	-	2.169
Benfeitorias em prédios de terceiros	1.600	-	-	1.600
Direito de uso (Nota 18)	4.037	-	(962)	3.075
Total do custo	**30.145**	**5.584**	**(1.320)**	**34.409**
Depreciação	**2023**	**Depreciação**	**Baixas**	**2024**
Veículos	(492)	(317)	56	(753)
Máquinas e equipamentos	(2.757)	(696)	(10)	(3.463)
Móveis e utensílios	(903)	(139)	13	(1.029)
Equipamentos de informática	(5.126)	(1.827)	(36)	(6.989)
Outras instalações de campo	(443)	(199)	-	(642)
Benfeitorias em prédios de terceiros	(445)	(355)	-	(800)
Total da depreciação	**(10.166)**	**(3.533)**	**23**	**(13.676)**
Saldo líquido	**19.979**	**2.051**	**(1.297)**	**20.733**

As taxas médias anuais de depreciação para os ativos imobilizados são as mesmas para 2024 e 2023, como seguem: veículos: 20%; móveis e utensílios: 10%; equipamentos de informática: 20%; máquinas e ferramentas: 10%; outras instalações de campo: 10%. Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo; e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios.

12. Intangível:

Custo	2023	Adições	2024
Software e licença de uso	7.683	94	7.778
Amortização	**2023**	**Amortização**	**2024**
Software e licença de uso	(6.689)	(457)	(7.147)
Saldo líquido	994		631

A taxa média anual de amortização para softwares e licença de uso de software é a mesma para 2024 e 2023: 20%.

13. Financiamentos: Os saldos em aberto de principal e juros provisionados por contrato de financiamento em 31 de dezembro são:

Banco	Modalidade	Vencimento	2024	2023
Banco do Brasil S.A.	ACC	30/11/2023	-	25.155
Banco do Brasil S.A.	CCB	31/07/2024	-	4.282
Banco do Brasil S.A.	CCB	31/07/2024	-	20.039
Banco do Brasil S.A.	CCB	31/07/2024	-	30.025
Banco DAYCOVAL	CCB	31/08/2024	-	22.898
Banco DAYCOVAL	CCB	31/10/2024	-	10.774
Banco DAYCOVAL	CCB	31/10/2024	-	10.854
Deutsche Bank	CCB	30/11/2024	-	20.424
Banco Industrial do Brasil	CCB	02/01/2025	2.369	30.765
Banco do Brasil S.A.	4131	05/08/2025	48.135	75.121
Deutsche Bank	CCB	07/02/2025	44.960	-
SMBC	4131	09/04/2025	17.625	-
Banco do Brasil S.A.	ACC	07/04/2025	12.829	-
SMBC	4131	15/12/2025	29.398	-
SMBC	4131	08/08/2025	17.867	-
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	60.031	75.060
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	60.031	75.059
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	12.807	-
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/08/2025	49.566	-
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	41.688	60.050
Deutsche Bank	CCB	03/10/2025	41.311	41.360
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	18.191	-
BNP	4131	13/11/2025	21.022	-
BNP	4131	28/11/2025	31.414	-
C6 Bank	Antecipação de recebíveis		7.223	13.764
Total			**516.467**	**515.630**
Circulante			516.467	283.413
Não circulante			-	232.217
			516.467	**515.630**

14. Fornecedores:

Circulante	2024	2023
TSE S.A.	110.852	135.168
Consórcio SPS	564	569
Consórcio Construtor Linha Verde	5.878	7.317
Consórcio Montador Belo Monte	129	241
Consórcio HDT	53.311	59.321
Consórcio Biomais	-	8
	170.734	**202.624**

15. Obrigações trabalhistas:

	2024	2023
Salários e pró-labore a pagar	11.819	15.716
FGTS	2.750	3.463
INSS	9.324	11.436
Provisão de férias e encargos sociais	39.544	33.930
Desmobilizações a pagar (i)	31.473	-
Retenções empregado	8.503	7.636
Outros	355	3.316
	103.768	**75.498**
TSE S.A.	63.137	63.700
Consórcio SPS	3	2
Consórcio Construtor Linha Verde	101	619
Consórcio Montador Belo Monte	64	24
Consórcio HDT	40.463	11.153
	103.768	**75.498**

(i) Considerando a natureza de propósito específico da Companhia, a Administração constitui provisão para desligamento de todo seu efetivo de mão de obra direta em vista da certeza inequívoca de total desmobilização das divisões quando do encerramento dos projetos. Tal provisão é calculada sempre com base no quadro atualizado de funcionários e representa o valor presente para quitação de verbas indenizatórias.

16. Tributos a recolher:

Circulante	2024	2023
PIS e COFINS	18.215	27.133
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	392	2.454
Retenções na Fonte	2.340	1.069
Imposto s/Operações Financeiras (IOF)	173	323
Imposto sobre Serviços (ISS)	27.407	23.447
IRPJ e CSLL	-	75
Prov. ICMS Transf. Crédito Decreto 42543/2010	1.917	617
Parcelamento de impostos (i)	1.996	1.445
	52.440	**56.563**
Não Circulante	**2024**	**2023**
Parcelamento de impostos (i)	4.756	3.331
Total	**57.196**	**59.894**
TSE S.A.	39.973	39.201
Consórcio SPS	32	32
Consórcio Montador Belo Monte	1	13
Consórcio Construtor Linha Verde	4.043	4.336
Consórcio HDT	13.147	16.312
	57.196	**59.894**

(i) Todos os impostos parcelados estão na modalidade de parcelamento simplificado em 60 parcelas. **17. Adiantamento de clientes:**

Circulante	2024	2023
Clientes TSE S.A.	456.694	259.018
Cliente Consórcio Construtor Linha Verde	-	230
Cliente Consórcio HDT	-	18.992
	456.694	**278.240**
Não circulante	**2024**	**2023**
Clientes Consórcio Montador Belo Monte	16.147	16.147

18. Arrendamentos: A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. Em 31/12/2024 o saldo reconhecido no passivo é de R$3.076 (2023- R$4.037).

19. Provisões:

Circulante	2024	2023
Provisão para contingências cíveis	5	-
Provisão de custos incorridos	37.284	90.344
Provisão para perda de projetos	36.240	-
Provisão para desmobilizações CP	1.812	61.252
	75.341	**151.595**
Não circulante	**2024**	**2023**
Provisões para contingências tributárias	-	1.300
Provisões para contingências trabalhistas	1.383	1.531
	1.383	**2.831**
TSE S.A.	68.647	110.733
Consórcio SPS	369	390
Consórcio Belo Monte	789	796
Consórcio HDT	6.495	40.642
Consórcio Construtor Linha Verde	424	1.865
	76.724	**154.426**

20. Capital social: Em 20/03/2024 foi homologado registro na Junta Comercial de São Paulo da 26ª alteração do contrato social para transformação do tipo societário da Toyo Setal Empreendimentos Ltda. de "sociedade empresária de responsabilidade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado", passando a ser regida, portanto, pela Lei das Sociedades por Ações, segundo o disposto nos artigos 220 a 222 da referida lei e nos artigos 1114 a 1115 do Código Civil. Com a alteração, a Companhia passa a adotar a denominação social de TSE S.A. Como consequência da transformação, o capital social então de R$38.904.966,00, representado por 38.904.966 quotas no valor nominal unitário de R$1,00 (um real) cada uma, passou a ser dividido em 38.904.966 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, recebendo cada acionista um número de ações exatamente proporcional à sua participação societária. Em 25/04/2024, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Companhia, que passou da posição anterior de R$38.904.966,00 (representado por 38.904.966 ações ordinárias, todas nominativas) para R$38.904.967,00, mediante a emissão de 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 (um real) cada. O valor de R$149.999.999,00 correspondente à diferença entre o preço de emissão agregado das ações ora emitidas e o valor do aumento de capital social está registrado na conta de Reserva de Capital. Em 19/06/2024, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital social da Companhia, que passou da posição de R$38.904.967,00 (representado por 38.904.967 ações ordinárias, todas nominativas) para R$38.904.968,00 mediante a emissão de 179.275.585 (cento e setenta e nove milhões, duzentas e setenta e cinco mil, quinhentas e oitenta e cinco) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 (um real) cada. O valor de R$179.275.585,00 correspondente à diferença entre o preço de emissão agregado das ações ora emitidas e o valor do aumento de capital social está registrado na conta de Reserva de Capital. Com estas alterações, a composição societária da Companhia passa a figurar conforme quadro abaixo:

	Ações (em reais)
Capital social	38.904.968,00
Reserva de capital	329.275.583,00
	368.180.551,00
	Ações
TS Participações e Investimentos S.A.	38.904.967
Estaleiros do Brasil Ltda.	1
	38.904.968

21. Receita operacional líquida:

Receita bruta	2024	2023
Receita de prestação de serviços	1.934.291	1.430.097
Receita de revenda	255.974	188.441
Receita de exportação de serviços	99	9.972
Receita de exportação de materiais	-	6.623
	2.190.364	**1.635.133**
Deduções de receita - Impostos		
ISS	(64.142)	(48.114)
ICMS	(27.262)	(4.491)
PIS	(12.076)	(6.789)
COFINS	(55.692)	(31.309)
CPRB	-	(1.819)
	(159.172)	**(92.522)**
Receita líquida	**2.031.192**	**1.542.611**
PCPL Deepak	-	16.096
Utilidades do COMPERJ	15.834	10.248
Parnaíba VI	33.096	334.106
Consórcio HDT Paulínia	852.921	431.704
Barcarena	655.121	368.089
Consórcio CCLV Linha	-	37.149
UPGN	474.125	345.219
Outros projetos	95	-
	2.031.192	**1.542.611**

22. Custos:	2024	2023
Custos com material de consumo	(711.876)	(377.444)
Custo dos produtos revendidos	(228.603)	(297.822)
Custos com pessoal, encargos e benefícios	(734.712)	(460.760)
Custos com serviços de terceiros	(421.321)	(275.258)
Custos com aluguéis	(81.881)	(46.054)
Depreciação e amortização	(2.520)	(2.068)
Custos recuperados - EBR	9.178	7.987
Provisão de perda de projetos	(36.240)	-
Outros custos	(35.487)	(21.555)
	(2.243.462)	**(1.472.974)**
PCPL Deepak	734	(2.286)
Utilidades do COMPERJ	(8.968)	(10.637)
Parnaíba VI	(120.663)	(312.774)
CCLV	(2.930)	(89.244)
Consórcio HDT Paulínia	(789.481)	(404.676)
Barcarena	(835.098)	(336.210)
Obra UPGN	(486.642)	(316.757)
Outros projetos	(414)	(390)
	(2.243.462)	**(1.472.974)**

23. Despesas administrativas:	2024	2023
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	(41.323)	(44.513)
Despesas com serviços de terceiros	(17.317)	(15.447)
Despesas com aluguéis e utilidades	(533)	(475)
Despesas com viagem e locomoção	(3.039)	(2.151)
Despesas de depreciação e amortização	(1.602)	(1.197)
Recuperação de despesas - EBR	3.421	24.875
Outras despesas e receitas comerciais e administrativas	(1.458)	(5.909)
	(61.851)	**(44.817)**

24. Resultado financeiro:

Receitas financeiras	2024	2023
Juros s/empréstimos mútuos	38.978	33.513
Descontos obtidos	773	269
Rendas pré-fixadas s/aplicações	2.994	1.890
Rendimentos financeiros	243	150
Atualização monetária de impostos a recuperar	990	-
Receitas financeiras - Consórcio HDT	3.875	2.813
Resultado positivo de hedge	13.840	-
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(2.177)	(1.661)
Outros resultados financeiros	14	37
	59.530	**37.009**
Variação cambial ativa	7.246	3.881
	66.776	**40.890**
Despesas financeiras	**2024**	**2023**
Juros s/empréstimos obtidos	(67.799)	(46.442)
Juros com antecipação de recebíveis	(1.890)	(1.333)
Multa s/atraso pagamento	(5.910)	(4.232)
Descontos concedidos	(17)	-
Despesas bancárias	(3.695)	(12.936)
Instrumentos derivativos - Hedge	(1.075)	(889)
Comissões e fianças bancárias	(5.193)	(5.333)
Atualizações monetárias	(926)	-
Multa por liquidação antecipada	(1.992)	-
Recuperação de despesas financeiras - EBR	19	10.305
Recuperação em operações com consorciadas	12.277	-
Juros com operação de risco sacado	(388)	-
Despesas financeiras - CCLV	(990)	(1.044)
Despesas financeiras - Consórcio Belo Monte	(26)	(2)
Despesas financeiras - Consórcio HDT Paulínia	(623)	(9)
	(78.228)	**(61.915)**
Variação cambial passiva	(28.034)	(1.605)
	(106.262)	**(63.520)**
Resultado financeiro, líquido	**(39.486)**	**(22.630)**

25. Imposto de renda e contribuição social: Nos exercícios de 2024 e 2023 a TSE optou pela apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo método do Lucro Real não auferindo nos referidos exercícios resultado tributável para o reconhecimento de impostos a pagar.

26. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela TSE restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e operações de hedge, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota 3. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2024 e 2023 são caixa, bancos, aplicações financeiras e operações de hedge (NDFs - *Non Deliverable Forward* ou contratos a termo de moedas). Risco de crédito: A TSE somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a TSE possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos da TSE ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **27. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2024 a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montar R$5.188 (R$5.276 - 2023) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **28. Seguros (Não auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2024, a TSE apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Responsabilidade Civil Ambiental	Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise	R$300
Responsabilidade Civil Profissional (TSE)	Bloqueio e indisponibilidade de bens/danos morais e outros	R$200
Responsabilidade Civil Geral	Resp. Civil - Obras Civis e/ou Serviços de Montagem e Instalação de Máquinas e/ou Equipamentos	R$18.300
Seguro de Frota / Automóvel	Casco, RC Veículos Danos Materiais, morais e corporais	R$2.030

29. Eventos subsequentes: Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.

A Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha - Contador - CRC/RJ 092631/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs. Diretores e Acionistas da **TSE S/A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **TSE S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TSE S/A.**, em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis. **Parágrafos de ênfase: Consórcios:** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.a, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil. Conforme parágrafo primeiro do artigo 178 da Lei 6.404/76, os consórcios não têm personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições prevista do respectivo contrato. Desta forma, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos consórcios não estão sendo apresentadas e seus resultados são transferidos para conta correntes das consorciadas na proporção e o imposto de renda da pessoa jurídica e a contibuição social são reconhecidos diretamente nas consorciadas. **Adiantamento de clientes (CMBM):** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio Montador Belo Monte a título de adiantamento o montante de R$40.355. Desse montante R$14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$40.355, está registrado no passivo como "adiantamento de clientes" e no ativo como "outras contas a receber" nas demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte. A TSE S/A. tem registrado sua participação nas mesmas contas com saldos de R$16.147 e R$16.142 em 31/12/2024. O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Continuidade operacional (CMBM):** Foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2024. Uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (*going concern assumption*) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Conforme relatório dos assessores jurídicos do Consórcio, as manifestações das partes permanecem sob análise pelo Tribunal Arbitral que está na fase para que as partes discutam os laudos retificados apresentados pela FDTE. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29/04/2025.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS - CRC 2SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini - Sócio Contador - CRC 1 SP 079.347/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 14/05/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 93B7-CDCF-E0A6-122C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/93B7-CDCF-E0A6-122C ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 93B7-CDCF-E0A6-122C

Hash do Documento

88F693B3D85C3F2F7363D4AAAD20772115EAF846C91E60B76A52AFA3F66EE0E0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/05/2025 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 14/05/2025 00:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24